

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ELEONORA CAMARGO DE MENDONÇA

**RETRATO-FICHADO: EXPLORANDO OS ARQUIVOS DO DOPS-PR**

CURITIBA

2016

ELEONORA CAMARGO DE MENDONÇA

**RETRATO-FICHADO: EXPLORANDO OS ARQUIVOS DO DOPS-PR**

Trabalho apresentado à disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso II como requisito parcial à conclusão do curso de Comunicação Social, Habilitação Jornalismo, Setor de Artes, Comunicação Social e Design da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Carlos A. Martins da Rocha

CURITIBA

2016

## TERMO DE APROVAÇÃO

ELEONORA CAMARGO DE MENDONÇA

RETRATO-FICHADO: EXPLORANDO OS ARQUIVOS DO DOPS-PR

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel no curso de Comunicação Social, habilitação Jornalismo, Setor de Artes, Comunicação e Design da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

---

Prof. Carlos Alberto Martins da Rocha  
Orientador – Departamento de Comunicação Social da UFPR

---

Prof. Luciana Panke  
Departamento de Comunicação Social da UFPR

---

Prof. Pedro Bodê  
Departamento de Ciências Sociais da UFPR

Curitiba, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2016.

## **AGRADECIMENTOS**

O espaço para dizer obrigada com certeza se apequena face aos diversos cumprimentos a dar. O suporte é algo imprescindível em momentos como esse. O ponto final do presente trabalho só existe por conta do carinho e compreensão de vocês. À minha Amélie, mãe atenciosa, protetora e amorosa. Ao meu pai, símbolo de força e determinação. Ao meu querido Guilherme, sempre paciente e companheiro. À amiga jornalista mais brilhante e estilosa, Mariana. Ao orientador mais encorajador e bacana de todos os tempos. À Maria, por seu grande entusiasmo e ajuda. Ao meu anjo da guarda, o qual confio e sinto a cada novo passo.

## RESUMO

Este trabalho tem como objetivo propor um perfil para o acervo de fichas individuais do Departamento Ordem Política e Social do Paraná (DOPS-PR) depositado no Arquivo Público do estado – que se encontra sem sistematização e sem categorização aprofundadas. A ideia é dar feições e vozes para essa massa de documentos. Para tanto, realiza-se uma pesquisa exploratória e experimental de caráter documental e descritivo, aqui entendida como Jornalismo de Dados, a partir de um cálculo de amostragem e da aplicação de um questionário aos registros, a fim de permitir a descrição dessa massa de arquivos. Pretende-se, por fim, rememorar a história da Ditadura Militar, a partir da noção de Comunicação como instrumento de memória, democracia e ação social. Tal proposição é concretizada através da produção de um Documentário Jornalístico com linguagem voltada para o Jornalismo Literário. As fontes para a entrevista foram selecionadas através da aplicação de um segundo questionário – o qual estava baseado no seguinte recorte temporal e local: fichamentos de 1964 a 1985 que ocorreram no estado do Paraná. Os resultados da pesquisa trouxeram luz ao montante de documentos dispostos no acervo do DOPS-PR. A realização do Documentário contribuiu para a memória nacional, frente a necessidade de manter o tema em constante discussão.

Palavras-chave: Arquivos públicos. Ditadura. Pesquisa exploratória. Jornalismo de Dados.

## **ABSTRACT**

This paper aims to propose a profile for the collection of individual sheets of the Political and Social Order Department of Paraná (DOPS) deposited at the Public Records of the State – which has no systematization and detailed categorization. The idea is to give feature and voices to this mass of documents. To do so, an exploratory research of documentary and descriptive character is made, here understood as data Journalism, from a sampling calculation and an application of a questionnaire to the records, in order to allow the description of this mass of files. It is intended, finally, talk about the history of military dictatorship, from the notion of Communication as an instrument of memory, democracy and social action. Such proposition is achieved by producing a documentary with Journalistic language toward Literary Journalism. The sources of the interview were selected by applying a second questionnaire – which was based on the following timeframe and location: records from 1964 to 1985 that occurred in the State of Paraná. Search results brought to light documents prepared in the DOPS-PR. The realization of the documentary has contributed to the national memory by keeping the topic in constant discussion.

**Keywords:** Public Records. Dictatorship. Exploratory research. Data Journalism.

## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Calculadora *online* para cálculo amostral

FIGURA 2 – Fórmula para cálculo de amostragem

FIGURA 3 – Modelo de Fichário Provisório Individual – documento do Departamento de Ordem Política e Social do Paraná

## **LISTA DE GRÁFICOS**

GRÁFICO 1 – Relação de fichados por sexo (fase 1)

GRÁFICO 2 – Relação de fichados por nacionalidade (fase 1)

GRÁFICO 3 – Dinâmica de fichamentos por período / década (fase 1)

GRÁFICO 4 – Dinâmica de fichamentos por ano (fase 1)

GRÁFICO 5 – Dinâmica de fichamentos por estado (fase 1)

GRÁFICO 6 – Ocupação dos fichados (fase 1)

GRÁFICO 7 – Motivo do fichamento (fase 1)

GRÁFICO 8 – Relação de fichados por sexo (fase 2)

GRÁFICO 9 – Relação de fichados por nacionalidade (fase 2)

GRÁFICO 10 – Dinâmica de fichamentos por ano (fase 2)

GRÁFICO 11 – Dinâmica de fichamentos por estado (fase 2)

GRÁFICO 12 – Ocupação dos fichados (fase 2)

GRÁFICO 13 – Motivo do fichamento (fase 2)



## Sumário

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	11
<b>2 METODOLOGIA</b> .....	16
<b>3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</b> .....	21
3.1 DO TEMA .....	21
3.1.1 Ditadura Militar .....	21
3.1.2 Objeto de pesquisa – Arquivos DOPS-PR .....	28
3.2 DA COMUNICAÇÃO .....	33
3.2.1 Jornalismo Literário .....	36
3.2.2 Jornalismo e Documentário .....	39
3.2.3 Jornalismo de Dados .....	44
<b>4 PRODUTO</b> .....	50
<b>5 RESULTADOS PESQUISA EXPLORATÓRIA</b> .....	51
<b>6 CONCLUSÃO</b> .....	63
<b>REFERÊNCIAS FILMOGRÁFICAS</b> .....	66
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	67
<b>ANEXO 1</b> .....	73
<b>ANEXO 2</b> .....	76
<b>ANEXO 3</b> .....	79

Até que os leões inventem as suas próprias histórias, os caçadores serão sempre os heróis das narrativas de caça.

(Provérbio africano)

Andei por abrigos extensos. Mas não encontrei sombra senão na palavra.

(Mia Couto)

## 1 INTRODUÇÃO

De abril de 1964 a março de 1985 o Brasil precisou esquecer o que era Democracia. Isso porque, nesse período, foi instaurado um regime de exceção, a Ditadura Militar, sob o argumento de combate à ameaça comunista. Como aponta Motta *in* Martins Filho (2014), a liderança militar que participou da intervenção interpretou a ação como uma resposta anticomunista, frente às greves, à aliança do presidente João Goulart com a esquerda, à politização da classe rural, à revolta dos marinheiros e à indisciplina na corporação militar.

“Em outras palavras, a ideia de que o país corria o risco de ser dominado pelos comunistas constituiu-se como principal justificativa para a derrubada de Goulart. Havia outros argumentos em jogo, como o problema da corrupção ou a recusa peremptória a qualquer tipo de reforma, mas essas questões não teriam apelo suficientemente forte para gerar mobilização política daquela envergadura.”

(MOTTA *in* MARTINS FILHO, 2014, p. 12.)

Além desse critério, o resguardo à segurança nacional também fazia parte dos pressupostos para o abril de 1964. A Doutrina de Segurança Nacional, como assinala o autor, tratou-se de uma estratégia específica formulada para as Forças Armadas e para o Estado. Deveria, portanto, estabelecer planejamentos e objetivos nacionais. Também, deveria identificar possíveis inimigos que pudessem colocar tais objetivos em risco. Entre esses adversários estava, principalmente, o comunismo. Para Motta *in* Martins Filho (2014), por conseguinte, esses dois argumentos convergem e são uma tentativa de legitimação do regime.

Segundo GASPARI (2014b), a doutrina de Segurança Nacional era um conjunto de práticas policiais elementares. Servia como uma justificativa. “Primeiro se deu à tortura a condição de política de Estado. Depois é que se criou um ‘Sistema de Segurança Interna’, que nem sistema chegou a ser.”, (2014b, p.42).

De todo modo, o governo também tinha como mote a construção de “um moderno capitalismo industrial” que ganhou força principalmente durante o Governo Médici, “com um crescimento em torno de 10% ano entre 1970 e 1973”, (VIZENTINI, *in* Martins Filho, 2014, p. 148). Contudo, como apontou o próprio presidente na época, o Brasil ia bem, mas o povo ia mal. Era o paradoxo entre o Milagre e a mordada, (GASPARI, 2014b).

O momento histórico colocou de lado a participação popular e fez valer instrumentos de repressão para combater a oposição armada. Com a promulgação do AI-5 o regime militar foi recrudescido. Era um instrumento que fortalecia ainda mais o poder de impedir vozes e ações discordantes ao que se considerava bom para o desenvolvimento do país. Para tanto, “a tortura tornou-se matéria de ensino e prática rotineira dentro da máquina militar de repressão política da ditadura”, (GASPARI, 2014b, p. 19). De acordo com Gazzotti *in* Martins Filho (2014), ela virou algo constante e trivial, principalmente a partir de 1971.

Todo um aparato técnico de informações e ações organizadas foi montado e colocado a serviço de crimes em massa como: prisões arbitrárias sem direito a qualquer contraditório ou garantia; torturas e sevícias cruéis que deixaram sequelas permanentes ou resultaram em mortes; sequestros de crianças, pais, mães e filhos; assassinatos e desaparecimentos; monitoramentos e ameaças constantes que resultavam em prisões e mortes; banimentos e pessoas compelidas ao exílio; a descartabilidade de qualquer garantia ou qualificativo jurídico.  
(DA SILVA FILHO, 2008, p. 156)

Nesses 21 anos, a sociedade brasileira passou por um processo que alterou profundamente sua dinâmica, (VIZENTINI *in* Martins Filho, 2014). Os valores democráticos foram derrotados, a censura passou a fazer parte da rotina de diversos meios de comunicação, a tortura se impusera ao regime e virara uma máquina que amordaçava a oficialidade, (GASPARI, 2014b).

Trinta anos depois, essa tortura foi sendo transformada em memória e ganhou “nome, data, hora, vítima e responsável”, como aponta Leite (2012). O autor cita a importância do *Brasil: Nunca Mais*<sup>1</sup> que atua como um instrumento de lembrança e de mudança no modo de encarar o que aconteceu. Nesse sentido a memória é encarada como um elemento essencial, o qual reforça a coesão social e a adesão afetiva do todo. (ROLLEMBERG *in* Martins Filho, 2014).

Em contrapartida, a própria autora demarca uma outra abordagem da memória sobre a Ditadura. Essa que é composta de um ponto de vista “periférico”, “marginal. Em outras palavras, são espectadores, os quais não fizeram concretamente parte da luta armada, das discussões políticas, dos movimentos sociais. Segundo a autora, isso faz o público conhecer a história da época, desconhecendo-a.

---

<sup>1</sup> Um projeto de 8 anos que resultou em um arquivo que reúne cópias de mais de 700 processos políticos da Justiça Militar. Ações que tramitaram entre 1964 e 1969. Seu principal objetivo era evitar que esses processos fossem destruídos após a ditadura. Além disso, pretendiam divulgar as práticas do regime com o intuito educativo e social. Foi desenvolvido pelo Conselho Mundial de Igrejas e pela Arquidiocese de São Paulo. (Brasil: Nunca Mais - [bnmdigital.mpf.mp.br](http://bnmdigital.mpf.mp.br))

Além disso, no fim do período militar, o esquecimento e a negação fizeram parte do processo de abertura e envolveram a sociedade como um todo. Segundo a autora, a rejeição fazia parte, naquele momento, da construção da história, da tentativa de reviravolta, da abertura política. A volta ao passado implicava falar de tudo, inclusive das contradições.

O esquecimento era essencial [...]. Mas não somente para os militares. A sociedade queria esquecer. A negação da história, do conhecimento, do passado no presente. A cumplicidade, a omissão, os compromissos, a colaboração, o apoio. As esquerdas não tinham olhos para ver isso. (MARTINS FILHO, 2014, p.88)

Nesse cenário, a história contada e a memória que persiste é a dos vencidos, a da luta armada. Está aí a dualidade da construção da memória coletiva sobre o tema, esse que está a todo o momento tentando se reinventar, (ROLLEMBERG *in* Martins Filho, 2014). Segundo a historiadora Denise Rollemberg, talvez ainda surjam novas publicações principalmente porque as dúvidas elementares sobre o período ainda não foram respondidas.

É certo que o período é amplamente estudado, debatido e documentado por pesquisadores, universidades e meios de comunicação. Dentre algumas dessas ações de documentação está a disponibilização de fichamentos, inquéritos e questionários do extinto Departamento de Ordem Política e Social<sup>2</sup> pelos Arquivos Públicos estaduais.

Com o mote fundamental de fichar e vigiar para punir, a ditadura catalogou cerca de 308 mil brasileiros em todo o país, segundo dados do Arquivo Nacional, (DOCUMENTOS REVELADOS, 2012). No Paraná, são mais de 47 mil documentos datados entre 1937 a 1989 – período que antecede, passa por, e sucede o Regime Militar. São registros individuais e outras centenas de pastas temáticas de datas comemorativas, instituições, organizações e grupos, que hoje estão disponíveis para consulta pública.

Em 2014, em especial, o tema ganhou ainda mais visibilidade de estudiosos pelo fato de a data representar 50 anos após a intervenção civil militar. A partir daí novos livros foram lançados, com outros pontos de vista, reflexões e tentativas de explicar o período. Segundo o organizador de uma dessas obras, que ganhou

---

<sup>2</sup> O Departamento de Ordem Política e Social e “foi um braço da ditadura militar, compondo uma rede integrada de repressão contra os chamados “inimigos do regime”. Além de agir como um órgão punitivo, também fichava as pessoas com a missão de identificar suspeitos de conspirarem contra a ditadura”. (PUPIM, 2004, *online*).

reimpressão por conta da recordação, Roberto de Martins Filho (2014), ainda há muito o que investigar sobre o assunto.

Embora exista rica bibliografia sobre o assunto, a distância temporal, a investigação em fontes disponibilizadas recentemente, o aparecimento de novas temáticas e de novas gerações de pesquisadores (brasileiros e estrangeiros), tudo isso faz com que estejamos apenas no começo do caminho.

(MARTINS FILHO, 2014, não paginado)

Sá e Estarque (2014) também apontam para essa reflexão. As autoras afirmam que, de acordo com especialistas, o debate, apesar de ter crescido com os Cinquenta Anos, ainda é limitado. Elas destacam que, para sociólogos e historiadores, os brasileiros não costumam “ajustar as contas com o passado”.

Segundo o jornal impresso Estado de São Paulo (2014), “o aniversário [...] está motivando manifestações por todo o país e até no exterior. São seminários, conferências, encontros, atos públicos, exposições, lançamentos de livros”. E o tema também está na agenda pública por outros motivos. Após o resultado das eleições presidenciais de 2014 uma parcela da população foi às ruas pedindo a volta da intervenção militar. Em meio a outras motivações, essa demanda também apareceu nas manifestações antigovernamentais de março de 2015.

Em 22 de março [de 2014], uma reedição da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, que em 1964 reuniu dezenas de milhares de pessoas em São Paulo, acabou em fiasco, com pouco mais 500 participantes. O ato, que entre outras coisas pedia o retorno dos militares ao poder, foi realizado também em outras capitais, como o Rio de Janeiro, com público ainda mais reduzido.

(SÁ; ESTARQUE, 2014, *online*).

De um lado, a história documentada e aberta, tanto no Arquivo Público, em *sites*, quanto nas diversas obras e artigos publicados sobre o tema, para que se reflita sobre o período de Ditadura Militar no Brasil e para que se produzam ainda mais estudos. De outro, uma parcela da população que, mesmo munida desses instrumentos, parece ter esquecido da repressão, do controle, da supressão da liberdade de expressão, da censura. “[...] o que dizer de um país que sofre de amnésia crônica e onde já observou Ivan Lessa, ‘a cada 15 anos esquecemos os últimos 15 anos’? ”, indaga Zuenir Ventura (2013, p.16).

A partir desse cenário, surgem questionamentos: De que forma é possível trazer novamente um pouco da história da ditadura à tona, “para que não se esqueça, para que nunca mais aconteça” (MEMÓRIAS REVELADAS, 2015)? Como

é possível continuar a reflexão sobre esse período da história brasileira sem cair em clichês, dando vez e voz à subjetividade e a pluralidade de biografias?

Esse é o ponto de partida do presente estudo que se propõe a delinear um perfil do acervo do Departamento de Ordem Política e Social do Paraná que se encontra no Arquivo Público do estado. A ideia é personificar. Dar feições, traços, personalidade e voz para esse que hoje é apenas um conjunto disforme de documentos.

Esse trabalho de personificação é registrado em um documentário audiovisual, realizado a partir de entrevistas com alguns dos fichados e envolvidos. Serve como uma janela dos arquivos e da experiência de pesquisa. A proposta de linguagem do vídeo é de se aproximar do Jornalismo Literário – aquele que se propõe a ultrapassar os limites do cotidiano, a apresentar visões amplas da realidade, a garantir a profundidade dos relatos, a exercer a cidadania e a romper a fórmula padrão *lead*<sup>3</sup> jornalístico.

Portanto, estão postos como objetivos desse trabalho o esboço e a descrição do acervo a partir de uma pesquisa exploratória e experimental – aqui também entendida como Jornalismo de Dados – que resulta no recorte espaço/tempo e determina a quantidade de entrevistados; a compreensão da dinâmica de fichamentos; a consulta e a entrevista de pessoas que foram relacionadas no acervo do Arquivo Público do DOPS-PR. Como se tratam de mais de 47 mil fichas sem catalogação (apenas separadas alfabeticamente), é utilizado um cálculo de amostragem como metodologia de pesquisa para selecionar o objeto de estudo, sem perder a possibilidade de aplicar os resultados ao todo.

---

<sup>3</sup> “A famosa fórmula objetiva que prega a necessidade de o texto jornalístico responder às principais perguntas da reportagem ainda no primeiro parágrafo.” (PENA, 2013).

## 2 METODOLOGIA

Entende-se que pesquisa é um procedimento inacabado e permanente de busca teórica a partir de métodos de aproximações da realidade, (LIMA. T. CS, 2007). Sem uma dúvida ou um problema que se pretende achar uma resposta, não há pesquisa. Neste caso, pretende-se explorar as fichas individuais do Arquivo Público, afim de montar um retrato das pessoas que foram registradas durante a Ditadura. E, para alcançar esse resultado, é necessário o estabelecimento de um processo metodológico.

A metodologia de pesquisa, de acordo com Agnez (2011), é um processo de tomada de decisões e estabelecimento de estratégias que vão nortear a pesquisa. “Trata-se do percurso adotado pelo pesquisador do início ao fim de seu trabalho” (2011, p. 2) que é estabelecido a partir do tipo de objetivo a ser investigado, (RAMPAZZO, 2005).

Portanto, em se falando de estratégias, o presente estudo começa seu percurso metodológico por uma pesquisa exploratória, experimental (de caráter documental e descritivo) no acervo do Departamento de Ordem Política e Social do Paraná, locado no Arquivo Público do estado.

A pesquisa é considerada exploratória, quando envolve levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas que têm experiências práticas com o problema pesquisado e análise de exemplos que ajudem na sua compreensão. As pesquisas exploratórias proporcionam uma visão geral de um determinado fato, fornecendo subsídios sobre ele.  
(NICOLAU, 2015, p. 1)

A escolha por esse tipo de pesquisa se deve ao fato do objeto ser uma massa bruta de dados – 47.423 fichas individuais – a qual, apesar de previamente organizada, alfabeticamente, encontra-se sem sistematização e categorização aprofundadas. Não é possível, sem realizar um estudo preliminar, fazer uma busca no arquivo a partir da data de determinada ficha ou de qualquer outro dado como nacionalidade, gênero ou ocupação da pessoa registrada. Isso porque para selecioná-la é obrigatório possuir o nome do fichado ou o número do documento. Pode-se dizer que, nesse cenário, tal pesquisa aproximasse do Jornalismo de Dados, o qual conta com a análise e a interpretação de números.

Esse estudo preliminar tem a finalidade de sistematizar e iniciar uma classificação do arquivo de fichas individuais do DOPS-PR tanto necessário para as



fases seguintes do presente trabalho teórico e prático, quanto para que possíveis novas pesquisas, outros recortes e futuros estudos na pós-graduação, mestrado e doutorado (com interesse da própria autora) possam continuar a partir desse levantamento, já com maior compreensão e aprofundamento sobre esse acervo.

Contudo, vale ressaltar que, por mais que a pesquisa exploratória pretenda “familiarizar-se com o assunto pouco conhecido”, (DOS SANTOS, 2016, p. 1), ela depende de um estudo bibliográfico já existente – como qualquer outra. Segundo o autor, toda informação publicada em meio impresso ou digital está sujeita a se tornar uma fonte de consulta.

Por ter como ação primordial o mapeamento e estudo dos documentos do acervo do DOPS-PR, essa também é uma pesquisa documental. Ela está relacionada com a análise de materiais que ainda não receberam um tratamento analítico, (DOS SANTOS, 2016). “Uma das vantagens básicas desse tipo de pesquisa é que permite o estudo de pessoas às quais não temos acesso físico [...]”, (GODOY, 1995, p. 22). Dentro desse momento do estudo estão reunidos a pré análise dos documentos para fins de organização e, posteriormente, o exame das fichas propriamente dito e o tratamento dos resultados.

Pode-se falar ainda em uma pesquisa histórica, já que ela se volta para o passado em busca de “linhas de força que movem os acontecimentos”, (SANTAELLA, 2001). É possível afirmar, portanto, que o presente estudo se baseia na utilização de métodos descritivos e analíticos para preservar e encontrar mais informações sobre a metodologia da repressão no período da Ditadura Militar no país.

Por fim, esse estudo é caracterizado como quantitativo, no que diz respeito ao levantamento feito com os documentos do DOPS-PR e, através da aplicação de questionários a essas fichas. Por outro lado, é qualitativo devido às entrevistas realizadas com fichados e envolvidos que são utilizadas no produto final do trabalho, o documentário audiovisual.

Segundo Santos, T. (2009), a pesquisa em comunicação não costuma se restringir a apenas uma dessas duas formas metodológicas. O estudo quantitativo não exclui o qualitativo e vice-versa. Para a autora, a incorporação de diversas técnicas e a articulação de múltiplas estratégias se mostram interessantes em vista da complexidade da vida em sociedade e do ligeiro movimento de transformação.

De acordo com ela, trata-se de uma “superação de posturas reducionistas em termos técnicos e operacionais” (2009, p.126) e é inclusive uma tendência atual da pesquisa social.

A combinação de diversas técnicas de pesquisa possibilita o desenvolvimento de pesquisas sociais mais precisas e interessantes. O desenho multimétodo, com a combinação de estratégias quali-quantitativa parece ser mais completo e efetivo do que os realizados exclusivamente com uma das duas abordagens.  
(SANTOS, T., 2009, p.130)

Com o tipo de pesquisa delineado, estabeleceu-se um cálculo de amostragem para trabalhar com a primeira análise das fichas. Segundo Oliveira (2005), esse é, muitas vezes, “um componente essencial para o delineamento da pesquisa”.

O objetivo essencial desse cálculo é determinar a quantidade de elementos necessários para compor a amostra a fim de se obter resultados válidos, mas não mais do que é suficiente, evitando-se assim gasto de tempo e de recursos financeiros desnecessários.  
(OLIVEIRA; GRÁCIO, 2005, p.2.)

As autoras estabelecem que essa representatividade da população deve ser garantida e, para tanto, a amostra precisa “apresentar as mesmas características gerais da população no que diz respeito às variáveis em estudo”. Com esse objetivo, utilizou-se uma calculadora *online* (FIGURA 1), (SANTOS, G., 2011), que efetua a conta a partir de uma fórmula padrão (FIGURA 2) e com as variáveis de confiança e erro amostral apresentadas acima.

Logo, foi utilizado um erro amostral aceitável de 10% e um nível de confiança de 90% para que fosse possível delimitar uma parcela dos arquivos e, ao mesmo tempo, generalizar os resultados e aplica-los ao todo, às mais de 47 mil fichas.

FIGURA 1 – Calculadora online para cálculo amostral  
**Cálculo Amostral**

Calculadora on-line

Erro amostral:  %

Nível de confiança:  90%  
 95%  
 99%

População:

Percentual máximo:  %

Percentual mínimo:  %

Amostra necessária:

Fonte: Adaptada de SANTOS, G. (2011)

FIGURA 2 – Fórmula para cálculo de amostragem

$$n = \frac{N \cdot Z^2 \cdot p \cdot (1-p)}{(N-1) \cdot e^2 + Z^2 \cdot p \cdot (1-p)}$$

Fonte: Adaptada de Nestquest (2013)

O resultado desse cálculo amostral apontou a necessidade da análise de 68 arquivos individuais para que fosse possível expandir o resultado ao todo. Portanto, esse foi o número de fichas analisadas durante a primeira fase do trabalho teórico. E a escolha desses registros também seguiu uma metodologia definida.

Com a quantidade de registros estipulada (68 documentos), foi necessário um novo cálculo para conhecer o intervalo de documentos a ser cumprido no momento da seleção das fichas. Então, utilizou-se o valor total de documentos, 47.423, dividido pelo número de fichas necessárias, 68, resultando em 697,3. Esse é, portanto, o intervalo de uma ficha selecionada a outra. Isto quer dizer que, a cada 697 fichas, uma era separada para análise. No caso de inexistência do registro determinado, selecionava-se o número seguinte. Vale ressaltar que só depois dessa apuração foi possível conhecer o nome do fichado.

Com os arquivos selecionados, foi possível aplicar um questionário padrão a todas as 68 fichas, entendendo que se trata de uma forma de coleta de dados que se faz importante, já que, “sem isso, a pesquisa fica sem chão, flutuando no ar”. (SANTAELLA, 2001, p. 186). O formulário, disponível na seção “Anexos”, contém questões mistas (abertas e fechadas).

Dentre outros quesitos, as questões foram pensadas a partir dos apontamentos feitos por Chagas (2000), então, são elas: nome do fichado, sexo, localidade do fichamento (por estado – e cidade no caso do Paraná), ocupação profissional, motivo do registro, número da ficha, data (por década e por ano), nacionalidade. Quando alguma dessas respostas não apareciam na ficha individual, marcou-se como “não consta / não é possível responder”.

Para o preenchimento desse questionário, as próprias fichas foram a fonte primordial. Contudo, o critério interpretação não foi deixado de lado. Isso, porque, por exemplo, era possível responder, em certos casos, o sexo do fichado a partir do seu nome ou a sua profissão a partir da descrição da ficha.

A determinação de um cálculo amostral, a elaboração e posterior aplicação do questionário às 68 fichas caracterizam a primeira fase do trabalho teórico. Todos os resultados foram compilados e apresentados em forma de gráficos para facilitar a interpretação.

A partir daí, passa-se para a segunda fase da pesquisa exploratória. Foi necessário estabelecer alguns critérios para delimitar o universo de análise – sabendo que o recorte é necessário para toda pesquisa já que a investigação deve ser feita sob um segmento da realidade, notadamente sem ignorar o conjunto que a rodeia e a condiciona, (MALDONADO, 2011). Portanto, um dos recortes determinados foi o local.

Escolheu-se o estado do Paraná. O enquadramento foi necessário já que se observou com o questionário da primeira fase que há fichas vindas de diversos outros estados do Brasil, como por exemplo de São Paulo – mesmo em se tratando de um estudo com o Departamento de Ordem Política e Social do Paraná e do Arquivo desse estado. Além do critério Local, a pesquisa também foi delimitada em Tempo: os 21 anos de Ditadura Militar no Brasil. A escolha vai de 1964 a 1985.

Com essa regra determinada, o estudo teórico passa para a aplicação de um segundo questionário (disponível também na seção “Anexos”) ao subgrupo da pesquisa – fichas do período entre 1964 e 1974. São, agora, 14 fichas, que passam a representar o 100% da pesquisa.

As perguntas são similares às da primeira enquete, com a diferença de não conterem a questão temporal por década, apenas por ano nem a pergunta sobre o estado, já que este é justamente o critério de seleção dos arquivos nessa segunda etapa. O processo de elaboração de gráficos foi repetido para organizar e detalhar esses resultados. Eles estão dispostos na conclusão do trabalho.

### 3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para embasar o caminho metodológico, justificar o problema de pesquisa e nortear os passos seguintes do estudo é necessário estipular e visitar alguns fundamentos teóricos. Eles estão divididos entre elucidações sobre o tema estudado – mais especificamente sobre o período de Ditadura Militar e sobre o Arquivo Público do DOPS-PR – e também sobre o âmbito gênese desse trabalho, a Comunicação. Esse último separado entre Jornalismo Literário e Jornalismo e Documentário.

#### 3.1 DO TEMA

##### 3.1.1 Ditadura Militar

Os militares conspiravam. A direita estava descontente com o governo do então presidente João Goulart. Nos motivos, a perturbação econômica do país (inflação, decréscimo dos investimentos estrangeiros e uma diminuição da renda *per capita*), os ataques à disciplina militar e o lançamento da campanha pelas reformas de base.

Na perspectiva do presidente o carro chefe dessas reformas – a agrária – significava a consolidação do capitalismo industrial do país e consequente humanização. (TOLEDO, 2004). Para os militares, era um governo em crise.

Em síntese, as classes dominantes e suas elites ideológicas e repressivas, no pré-64, apenas enxergavam baderna, anarquia, subversão e comunização do país diante de legítimas iniciativas dos operários, camponeses, estudantes, soldados, praças etc. Por vezes, expressas de forma altissonante e retórica, tais demandas, em sua substância, reivindicavam o alargamento da democracia política e a realização de reformas do capitalismo brasileiro.  
(TOLEDO, 2004, p.15)

Com relação ao desempenho econômico do país, Gaspari (2014a) expõe alguns dados: investimentos estrangeiros caíram pela metade. Na proporção inversa estava a taxa de greves. Eram 504 bilhões de cruzeiros (mais de 180 milhões de reais) de rombo e uma projeção de 140% de inflação para o ano de 1964. No entanto, para Fico (2014), o critério da economia tinha papel secundário nas motivações reacionárias.

O descontentamento pesava então nas já mencionadas reformas de base e na crise militar. Essa que explodiria com uma rebelião de sargentos, marujos e cabos, protagonizada pelo nacionalmente conhecido Cabo Anselmo<sup>4</sup> (GASPARI, 2014a). Dos contornos, saíram a Marinha humilhada e o presidente sem ministro para ela.

Somava-se a isso um Congresso, de maioria conservadora, disposto a impedir os planos do presidente. Nas ruas, a Marcha da Família com Deus pela Liberdade que reforçava o pedido de saída de João Goulart. E o apoio que também vinha da embaixada americana. O choque era visível.

Do lado dos adeptos, costurava-se a ideia de uma reformulação política com o objetivo de tornar possível a disputa de Jango à reeleição, repetindo a artimanha de Vargas em 1937. Vinte e seis anos depois, o então presidente tenta colocar o país em estado de sítio, como solicitado pelos ministros militares. Chega inclusive a decretar o pedido no Congresso. Recua. Eram os parlamentares que agiam em oposição à medida. “Com isso, oficiais até então neutros passaram a apoiar a conspiração, erodindo-se progressivamente a base de apoio militar ao presidente”. (CASTRO, 2016, *online*).

Naquele momento os militares acreditavam que se não dessem o golpe, ele seria dado pela oposição. Não queriam arriscar o estabelecimento das reformas de base e das novas regras do jogo referentes à sucessão presidencial. Depois de algumas reuniões no Rio de Janeiro o então governador de Pernambuco previa: “Volto certo de que um golpe virá. De lá ou de cá, ainda não sei”. (GASPARI, 2014a, p.53). De lá, segundo Fico (2004), viria para fazer mudanças radicais e eliminar alguns atores políticos. Seria autoritário.

Com os militares contempORIZAVAM “banqueiros, empresários, industriais, latifundiários, comerciantes, políticos, magistrados e classe média”, (FICO, 2004 p.52) –, representados principalmente pelo Ipes e pelo Ibad<sup>5</sup>. Nasceu, a partir dessa

---

<sup>4</sup> José Anselmo dos Santos, 23 anos, marinheiro de primeira classe, era o líder da rebelião que promoveu um motim na sede do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro. Eles pediam a revogação de punições contra graduados que transformaram a Associação de Marinheiros e Fuzileiros Navais em uma entidade parassindical, relacionada ao Partido Comunista Brasileiro. (GASPARI, 2014a)

<sup>5</sup> Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipes) e seu proveniente Instituto Brasileiro de Ação Democrática (Ibad). Serviram, segundo Fico (2014), como fonte de associados para a construção de uma rede de apoio dentro das Forças Armadas. “[...] alguns dos mais destacados associados ao Ipes e ao Ibad foram oficiais dos mais influentes na época.” (FICO, 2004, p.51).

atmosfera, a noção de golpe civil-militar, estudada e defendida pelo cientista político René Armand Dreifuss.

Apesar desse vínculo entre vários setores da sociedade, para o historiador Jacob Gorender *apud* Fico (2004), os golpistas não estiveram fortemente articulados. Faltava inclusive uma liderança militar. Para Carlos Fico (2004), a trama também carecia de um projeto de governo. Gaspari (2014a) assinala que não haviam datas pré-estabelecidas, tampouco bases para colocar o golpe em marcha. Havia, contudo, uma senha.

Uma não, duas. A primeira, já citada, representada pela posição do presidente em relação a insubordinação de marinheiros e cabos no Rio de Janeiro. A segunda veio em forma de discurso em 30 de março no Automóvel Clube do Brasil, quando ele fez denúncias às forças reativas.

Trechos do discurso do presidente<sup>6</sup>: Quem fala em disciplina, senhores sargentos, quem a alardeia, quem procura intrigar o presidente da República com as Forças Armadas em nome da disciplina são os mesmos que, em 1961, em nome da disciplina e da pretensa ordem e legalidade que eles diziam defender, prenderam dezenas de sargentos. [...] A disciplina se constrói sobre o respeito mútuo, entre os que comandam e os que são comandados.

GASPARI, 2014a, p. 66)

Defendeu a unidade das Forças Armadas, a reação do governo diante da rebelião de marujos e a reforma da Constituição. “Depois desses dois episódios, a sorte do governo Goulart estava definitivamente selada.” (TOLEDO, 2004, p.23).

O ano foi 1964. Pela construção de Elio Gaspari (2014a), foi quando o exército dormiu janguista e acordou revolucionário. Mais especificamente, era a virada do dia 31 de março para 1º de abril. “Começara, de fato, um gigantesco Dia da Mentira, não só pelo que nele se mentiu, mas sobretudo pelo que dele se falseou”. (GASPARI, 2014a, p. 96). Iniciavam 21 anos de ditadura militar.

A chamada Revolução, tida como remédio amargo para a crise política, desestruturou as organizações políticas e reprimiu movimentos progressistas e de esquerda. Em Toledo (2004) fica clara a posição das classes populares e trabalhadoras: não se opunham à gestão de Jango, mas nada fizeram para evitar a manobra. Tampouco fizeram as forças políticas que representavam essa parcela da população.

O golpe de 64, bem sabemos, não foi um raio em céu azul... Desarmadas, desorganizadas e fragmentadas, as forças progressistas e de esquerda

---

<sup>6</sup> Grifos da autora.

nenhuma resistência ofereceram aos golpistas. Alegando que não queria assistir uma 'guerra civil' no país, Goulart negou-se a atender alguns apelos de oficiais legalistas no sentido de ordenar uma ação repressiva [...]. Preferiu o exílio político.  
(TOLEDO, 2004, p. 24)

No palácio das Laranjeiras a deputada Yara Vargas anunciava: “O Jango foi embora! ” (GASPARI, 2014a, p.104). Era a voz do Congresso. O presidente voara para Brasília e então para São Borja. Partiria para o Uruguai alguns dias depois. Por determinação da constituição, em caso de vaga na presidência por essas circunstâncias, o responsável era justamente o Congresso.

Nesse cenário, Costa e Silva se auto proclamou “dono da coisa toda”, mas quem assumiu o cargo foi o deputado Ranieri Mazzilli. Lá não ficou por muito tempo. O primeiro era um presidente sem futuro. Quanto ao segundo, não tinha passado. (GASPARI, 2014a).

Logo no estabelecimento do Regime, foi publicado um Ato Institucional Provisório<sup>7</sup>. Em forma de onze artigos redigidos por Carlos Medeiros era, segundo o historiador (2014a), um atropelo à constituição como forma de legitimação do golpe.

Baixado pelos comandantes das três Armas, tal ato formalmente manteve, depois de várias modificações, a Constituição de 1946, mas ampliou substantivamente os poderes do Executivo. [...]. O AI-1 suspendeu por seis meses as garantias constitucionais de vitaliciedade e estabilidade, permitindo, assim, “mediante investigação sumária”, que fossem demitidos ou dispensados servidores civis ou militares.  
(MEZAROBBA, 2010, p. 8)

Os poderes do Congresso e do Judiciário se apequenavam enquanto os do Executivo se expandiam. O presidente tinha dois meses para cassar mandatos e invalidar direitos políticos. Como saldo da publicação, quase quinhentos cidadãos cassados, duas mil pessoas demitidas, cinco mil investigações abertas e uma eleição indireta para presidente em vigor. Dois dias depois o general Humberto de Alencar Castello Branco assume o poder com a promessa de entrega-lo ao seu sucessor (eleito pelo povo) assim que o calendário marcasse os primeiros dias de 1966.

Com uma mentalidade de ditadura temporária, Castello começou a agir para conter a violência política. O “[...] indesejável se tornava aceitável em troca de uma promessa de provisoriedade. ” (GASPARI, 2014c, p.160). Logo vieram proibições a movimentos de estudantes e permissões para que militares radicais fossem, aos

---

<sup>7</sup> Nas palavras do próprio Ato: “O Governo [sic] que acaba de se constituir possui, sem dúvida, um instrumento jurídico eficaz para restabelecer a ordem na administração do país e fomentar o seu progresso, em clima de paz e segurança. ” (SILVA, 1964, p. 12).



poucos, conquistando poder. Da caneta do presidente Castello, em 13 de março de 1967, saiu a assinatura da Lei de Segurança Nacional.

Tal doutrina, formulada por oficiais como Golbery de Couto e Silva, (MARTINS FILHO, 2014), tinha como objetivo o “Brasil Potência” a partir de considerações como o tamanho do país e sua vulnerabilidade à agitação social. Recomendava-se o combate ao inimigo interno número um, o comunismo, como forma de “curar” a sociedade. (FICO, 2004). Segundo o autor, ela se materializou no julgamento de corruptos, na espionagem, na censura e na eliminação de subversivos.

Começam as denúncias de tortura, encabeçadas pelo jornal Correio da Manhã e, mais do que isso: iniciava-se uma prática que se impusera ao regime. “Não só era perigoso opor-se à ditadura: era arriscado até mesmo falar do que acontecia nos calabouços.” (GASPARI, 2014b, p. 229).

E aquele Ato Institucional que não tinha número para ser único foi ganhando semelhantes. Com eles o presidente ganhava ainda mais ferramentas para a coerção política. O Supremo Tribunal Federal fora desmanchado, assim como os partidos políticos.

[...] outros dois vieram em sua esteira - iniciou-se um processo de corrosão da cidadania que impediu os brasileiros de eleger governadores por dezessete anos e o presidente por quase um quarto de século. (GASPARI, 2014a, p. 254).

Da promessa de Castello Branco, quando no início de seu mandato, ficaram só as palavras. “Em 1967 entregou uma nação dividida a um sucessor eleito por 295 pessoas.” (GASPARI, 2014a, p.126). Esses poucos votos foram para Artur da Costa e Silva.

O segundo governo militar fora marcado pela Passeata dos Cem Mil<sup>8</sup> e pela intensificação do regime. O símbolo dessa linha dura que se instalava e, conseqüentemente, o ápice dessa repressão (DE ABREU, 2002) foi o Ato Institucional número 5, publicado em 1968.

Considerado por Costa e Silva uma grande conveniência, o mecanismo “abriu caminho para as trevas”. (FIGUEIREDO, 2009, cap. 2 – edição *kindle*). Isso porque ele reestabelecia várias das ações temporárias impostas pelos outros Atos, além de

---

<sup>8</sup> “A célebre Passeata dos Cem Mil teve lugar no dia 26 de junho: estudantes, intelectuais, artistas, religiosos e populares foram às ruas do Rio de Janeiro para protestar contra a ditadura e a repressão policial [...].” (ANTUNES, 2007, p. 82)

deixar a marca que, segundo Gaspari (2014a, p.342) “haveria de ferir toda uma geração de brasileiros”. Era o artigo 10. Vinha para suspender o *habeas corpus*<sup>9</sup>. “Estava montado o cenário para os crimes da ditadura. ”

No caminho, seguiu-se a acentuação dos dispositivos de repressão, o suplício e a censura. Essa última vinha em duas versões – uma voltada para a imprensa e expressão. Outra relacionada às diversões públicas e aos bons costumes.

Tratava-se, segundo Fico (2004) de um processo de amadurecimento, evolução das arbitrariedades do regime. E elas culminaram nos chamados Anos de Chumbo – “Foi o mais duro período da mais duradoura das ditaduras nacionais”. (GASPARI, 2014b, p. 13).

Viu-se na tortura, segundo Gaspari (2014b), um instrumento de funcionalidade. Baseada no paradoxo entre suplício e confissão, ela encarnava o poder absoluto da Ditadura Militar. Foram contabilizados 285 tipos diferentes de tortura nos levantamentos do Brasil: Nunca Mais. Pelos calabouços passaram 3.613 pessoas. Mais de 1.800 delas declararam terem sido vítimas de tortura.

A inimizabilidade dos militares envolvidos na repressão política passava a exigir mais que silêncio ou tolerância. Tratava-se de encobrir homicídios por meio de versões insustentáveis, pondo em funcionamento uma nova engrenagem. [...] o porão demonstrava força impondo sua mordada à oficialidade e ao aparelho judiciário. (GASPARI, 2014b, p. 175).

Os anos de mordada foram acompanhados pelos de Milagre. Já com Emílio Garrastazu Médici no poder – o terceiro general como Presidente da República que tinha abertamente o objetivo de salvaguardar e manter o Regime (VECCHIO *in* Martins Filho, 2014) – pode-se presenciar um momento de crescimento econômico. Falava-se em “Brasil Grande”.

O ano de 1969 fechara sem deixar margem a dúvidas: 9,5% de crescimento do Produto Interno Bruto, 11% de expansão do setor industrial e inflação estabilizada pouco abaixo dos 20% anuais. [...] O Brasil tornara-se a décima economia do mundo, oitava do Ocidente, primeira do hemisfério sul. (GASPARI, 2014b, p. 212)

De todo modo, Vizentini *in* Martins Filho (2014) contesta a noção de “Brasil Potência”, tão explorada durante o Milagre. Segundo ele, as desigualdades sociais agravaram-se, “colocando o país na posição de liderança da pior distribuição de renda do mundo”. (2014, p. 157). As taxas de pobreza, de analfabetismo e de doenças também equipararam o país aos mais desfavorecidos do globo.

---

<sup>9</sup> Princípio do direito que determina a capacidade de um indivíduo ser poupado da coação ilegal do Estado. (GASPARI, 2014a).

Também em 1970, o Brasil foi campeão da Copa do Mundo de futebol. O brasileiro pode ver, pela primeira vez, a cores pela televisão, os gols de Pelé e Jairzinho. Os conflitos e agressões políticas eram dissimulados a cada novo apito das partidas de futebol, ou a cada porcentagem da economia lançada nos jornais.

De Médici o governo passa para Ernesto Geisel. Era 1974. Chegava “sem equipe nem projeto”. (GASPARI, 2014c, p. 224). Recebera um governo que se afastava da estabilidade, em meio à crise mundial do petróleo e no fim da Era de Ouro<sup>10</sup> da história. Enquanto o mundo voltava-se para uma revolução liberal, o Brasil sacramentava a estatização no que dizia respeito à sua infraestrutura econômica. (GASPARI, 2014d).

Em agosto do mesmo ano o presidente discursa sobre a distensão, “lenta, gradativa e segura”. Desagrada a ala mais conservadora que denuncia uma traição por parte do presidente. A metodologia da repressão começava a mudar e falava-se em compromisso de auditoria sobre os desaparecimentos e mortes.

“Passo audacioso, uma vez dado, bloquearia o porão, negando-lhe a inimputabilidade”. (GASPARI, 2014d, p.36). Contudo, de acordo com Kucinski *apud* Cosson (2007), a proposta de liberalização política tinha muito mais relação com o prolongamento do regime do que verdadeiramente com um compromisso de redemocratização do Brasil.

Somavam-se a isso perturbações como a crise de meningite no estado de São Paulo e as greves de fome de presidiários no Rio de Janeiro. Como ações do seu governo, Geisel lançou o Pacote de Abril<sup>11</sup> e extinguiu o AI-5. Esse último passo citado abriria as portas para a abertura política que não tardaria a começar.

Não se podia dizer, mas Geisel já estava praticamente definido como o próximo presidente desde março de 1971, três anos redondos antes da posse. Era assim o sistema eleitoral vigente. Geisel escolheu o sucessor com mais antecedência ainda. No dia mesmo em que assumiu a Presidência, trazia o preferido ‘na mochila’, como diz Gaspari. Era o general Figueiredo, que enquanto isso mataria o tempo na chefia do SNI. (TOLEDO, Roberto Pompeu de., 2003, online)

---

<sup>10</sup> Termo cunhado pelo historiador inglês Eric Hobsbawm para designar o momento de “maior prosperidade da história humana”. (GASPARI, 2014c, p.251).

<sup>11</sup> “Conforme o chamado “Pacote de Abril de 1977”, mantinha-se a eleição indireta para governador em 1978 e adiam-se as eleições diretas para 1982, alterava-se a regra para representação dos deputados na Câmara, instituía-se que 1/3 dos senadores seria eleito de modo indireto — os chamados “senadores biônicos” — e regulamentava-se que bastava a maioria absoluta dos votos do Congresso para a aprovação das emendas constitucionais. [...]. O “Pacote de Abril”, portanto, “mostrou sua importância ao garantir para Geisel maior controle sobre o ‘público interno’ e proporcionar-lhe fôlego para as reformas políticas futuras, mas estas viriam como mais uma política autoritária.” (SADDI, 2003, p. 32).

Apresenta-se, portanto, João Baptista Figueiredo. O último governante da leva iniciou o processo de abertura política. A anistia é conferida em condição de mão dupla. O Brasil vai descendo os degraus de uma cordilheira de 21 anos de interferência política, cultural, social e econômica, ora velada ora brutal (KUPERMAN; VIEGAS, 2015).

Cada parte dessa escalada de repressão marca de forma singular a própria história do país. (FIGUEIREDO, 2009). Contudo, um ponto específico que permeou todo o caminho da repressão foi o ato de fichar e monitorar. A partir daí o Regime investigava, interrogava, promovia tortura, matava, fazia desaparecer. Para Kuperman e Viegas (2015), são justamente esses documentos que ficam como legado para que se possa não de lá “extrair verdades”, mas para criar argumentos contra “o legado histórico de violações sistemáticas dos direitos humanos”. (2015, p. 12).

### 3.1.2 Objeto de pesquisa – Arquivos DOPS-PR

E é com essa noção em mente da dinâmica fundamental de fichamentos e vigilância – que culminava na repressão e na tortura – que se inicia a segunda parte da Fundamentação Teórica sobre o tema. Trata-se não só de um embasamento para o trabalho, mas também do objeto no qual a pesquisa se debruça.

Na época, “a meta do centro [Cenimar] era ter capacidade de produzir informes sobre ‘qualquer cidadão’”. (FIGUEIREDO, 2015, p. 21). Era um trabalho que mesclava a criação de novos dossiês com o cruzamento de informações cotidianas já existentes.

De acordo com o Arquivo Nacional, foram produzidas mais de 308 mil fichas individuais, segundo dados do Arquivo Nacional, (DOCUMENTOS REVELADOS, 2012). Isso compreende mais de 1 milhão de páginas e registros. Só o Arquivo Público que abriga os documentos do Departamento de Ordem Política e Social de São Paulo (DEOPS-SP) é composto por aproximadamente 3,5 milhões de documentos entre dossiês, fichas individuais e prontuários.

No Paraná, são mais de 47 mil documentos individuais e 2 mil pastas temáticas. E o agente da presente pesquisa é justamente esse: o montante de documentos do antigo Departamento de Ordem Política e Social do Paraná (DOPS-

PR). Mais especificamente os documentos individuais de fichados durante a Ditadura Militar. O acervo está locado em Curitiba, no Arquivo Público do Paraná. No local estão situadas todas as memórias impressas e manuscritas da geografia e da história do estado. Elas começaram a ser compiladas e guardadas em 1855, quando na criação do Arquivo pela Lei nº33<sup>12</sup>. A partir daí o patrimônio da instituição só cresceu.

Transformações político-econômicas ao longo do tempo ampliaram a máquina administrativa e consolidaram a burocracia estatal. Consequentemente, cresceu o volume da documentação produzida e recebida pelo poder público, ampliando as funções do Arquivo.  
(Arquivo Público do Paraná, 2015, *online*)

O Arquivo passou por diversas secretarias e recebeu vários nomes durante sua existência. Em 1974, por exemplo, durante o Regime Militar, foi denominado Departamento de Arquivo e Microfilmagem (DAMI). Nesse momento fazia o trabalho de reprodução micrográfica do governo.

Aqui um parêntese para tratar justamente desse trabalho de microfilmagem. Segundo Figueiredo (2015), essa miniaturização de documentos começou em 1944, com uma experimentação da Biblioteca Nacional. Na Ditadura ela começou a ser usada a partir de 1971. Tratava-se, no momento, de uma solução frente à quantidade de papéis que estavam sendo produzidos e ao desgaste inevitável do material.

A gestão dessa atividade era realizada principalmente pelo Centro de Informações da Marinha, o Cenimar. A transformação dos arquivos físicos em microfilmes recebeu, inclusive, o nome de Operação Registro. De acordo com o autor, o trabalho foi intenso e, posteriormente, ganhou mais um aliado tecnológico, o computador. “[...] um dos arquivos mais ricos em registros de crimes cometidos pela ditadura civil-militar caminhava para se tornar indestrutível”. (2015, p. 40).

Voltando ao acervo, sob a Lei nº 8485 de 3 de junho de 1987 ele passou a se chamar Departamento Estadual de Arquivo Público (DEAP) e a responder à Secretaria de Estado da Administração e da Previdência. Dessa forma persiste até os dias de hoje.

---

<sup>12</sup> “Art. 1º Fica criado um arquivo público, anexo à Secretaria do Governo, onde se coligirá todas as memórias impressas ou manuscritas relativas à história (sic) e geografia da Província, cartas geográficas, cópia de projetos de obras públicas, mapas estatísticos e mais trabalhos deste gênero; relatórios do Presidente da Província, do Ministério, e sendo possível, de outras províncias, coleções de leis provinciais e gerais, amostras de quaisquer produtos naturais ou artísticos, que forem oferecidos ao governo e cuja conservação for possível.” (BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DO ARQUIVO, 2001, p. 1).

A partir do Decreto Estadual 577 de 1991 o DEAP recebe e passa a abrigar os documentos do extinto DOPS. Antes dessa data o acervo da ditadura no Paraná não estava aberto para consulta. Na sequência, passou a ser classificado e digitalizado. Ainda assim, a pesquisa era restrita. Só era possível consultar o próprio nome.

A recente ditadura brasileira (1964-1985) deixou-nos, como parte de seu sombrio legado, o maior acervo documental entre suas congêneres no Cone Sul. Contudo, o recolhimento, a abertura e a divulgação desses documentos deram-se de maneira relativamente tardia. Como marcos desse processo, podemos citar a criação, em 13 de maio de 2009, do Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985) - Memórias Reveladas, iniciativa pioneira que tem como objetivos articular diferentes instituições para promover a preservação e o acesso a documentos sobre o período do regime militar, inclusive suas imagens digitais, e a entrada em vigor, em 2012, da Lei de Acesso a Informações (lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011), que regulamentou a consulta pública aos acervos da repressão. Nesse contexto, merece também destacar a criação da Comissão Nacional da Verdade (CNV) pela lei n. 12.528, de 18 de novembro de 2011, e sua instalação em 16 de maio de 2012. A Comissão busca esclarecer as circunstâncias nas quais ocorreram graves violações de direitos humanos da ditadura, bem como fazer recomendações para que isso não torne a ocorrer.

(KUPERMAN; VIEGAS, 2015, p. 11)

Quem vai ao Arquivo Público hoje encontra documentos datados de 1937 a 1989. Lá estão fichas individuais de cidadãos que foram investigados. O chamado Fichário Provisório Individual contém um detalhado número de questões preenchidas (ou não) sobre o fichado, como nome, data de nascimento, profissão, salário. O escrito contém ainda algumas notas sobre a situação no momento do inquérito (FIGURA 3). Para acessar uma dessas 47.423 fichas é necessário consultar o nome ou o número delas em um catálogo. Só então é possível visitar o documento digitalizado.

FIGURA 3 – Modelo de Fichário Provisório Individual – documento do Departamento de Ordem Política e Social

ACÁCIO BENTO NUNES - 1.466 - M-04-H

4126 **DELEGACIA DE ORDEM POLITICA E SOCIAL** 28.458

FICHARIO PROVISORIO INDIVIDUAL

Nome ACÁCIO BENTO NUNES/. - Vulgo  
 Data 2-8-48. - Prontuario na Delegacia

Pai Mãe

Idade Data do Nascimento Sexo

Nacionalidade Natural de

Estado Civil Casado Profissão Lavrador.

Local do Trabalho Ordenado

Residencia atual Marialva - Paraná

Residencias anteriores

É sindicalizado sindicatos e locais que costuma frequentar

Nome e residencia dos conhecidos parentes:

Notas Cromaticas: Pl 028756

Inscrito no Partido Comunista Brasileiro. (Asta nº 2, Comitê da Zona Norte, doc. nº 146). -

Fonte: Arquivo Público do Paraná (2015)

Além desses arquivos, existe a possibilidade de consultar as chamadas Pastas Temáticas. Elas foram divididas e classificadas por equivalência pelos próprios governos da época. Dizem respeito a partidos políticos (como o Partido Comunista), Comitês, Associações e Organizações, datas comemorativas, movimentos sociais, profissões (como jornalistas ou professores), entre outros assuntos. Dentro do compilado de arquivos sobre determinado conteúdo estão fotos, mandados de apreensão, documentos oficiais e muitos recortes de jornal.

Pela internet, no site<sup>13</sup> do Departamento, é possível consultar a existência de determinado assunto. As mais de duas mil pastas foram higienizadas e acondicionadas pelo Arquivo e estão disponíveis também em forma de catálogo. Com a escolha do que se quer pesquisar, é possível consultar aquele compilado. Segundo o próprio DEAP, são coleções que retratavam determinado tema e que serviam aos governos como verdadeiros arquivos a serem consultados.

Por uma estranha necessidade de legalizar seus atos (escancaradamente) ilícitos e de registrar cada decisão tomada em valor da “Revolução de

<sup>13</sup> <http://www.arquivopublico.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=79>

1964”<sup>14</sup>, os militares brasileiros terminaram por produzir, organizar e arquivar toneladas de provas contra si mesmos.  
(FIGUEIREDO, 2009, capítulo 1)

Com a transformação dos arquivos em microfimes essa situação se intensifica. Segundo Starling *apud* Figueiredo (2015, p. 28), a mudança de uma ferramenta perecível, no caso o papel, para uma perene era uma maneira de preservar testemunhos judiciais. “[...] no futuro poderiam inclusive ser usadas contra homens e mulheres que compunham o aparato repressivo”.

Provas essas que passaram a ser utilizadas em pesquisas e publicações. Para o autor, jornalistas e historiadores trabalharam com essas fontes de forma importante no que tange a redemocratização do país. Foi o caso do Brasil: Nunca Mais. O projeto fez uso dos processos políticos arquivados no Superior Tribunal Militar e teve como resultado um livro de 6.891 páginas. Depois foi simplificado por motivos de leitura e acessibilidade.

Acesso, portanto, é palavra chave da Era da Informação (SENDOV, 1994) na qual estamos situados. O desenvolvimento das novas tecnologias aliado ao alargamento da máquina e das funções públicas fez com que o número de arquivos produzidos crescesse exponencialmente. (ROUSSEAU; COUTURE; ARÈS, 1998).

Nesse cenário, como aponta Fonseca (1996), a disponibilização desses documentos é uma premissa imprescindível em se falando da consolidação de um estado democrático. É “tornar visível o Estado, para que de sua condução possam participar aqueles que são obrigados a suportar as consequências”. (1996, p. 8).

No entanto, de acordo com Starling *apud* Figueiredo (2015, III), ainda há muito a ser descoberto. Não estamos munidos de todas as ferramentas que temos direito. O silêncio persiste em relação à “complexa estrutura de informação e repressão”. Segundo a autora, esse mecanismo suplantou a corrupção, a burocracia da violência e a liberdade dos torturadores nos atos de violência.

Passadas três décadas do fim do regime militar, o Estado brasileiro ainda não abriu os arquivos secretos que poderiam elucidar o destino dos 243 desaparecidos políticos e a cadeia de comando responsável pelas 434 vítimas fatais da ditadura civil-militar. Desde 1985, quando o Brasil voltou a ser governado por um civil, as Forças Armadas se negam a dar satisfações detalhadas sobre o paradeiro de papéis que contam um pedaço da história do país. Posição, aliás, aceita de forma resignada por todos os presidentes do período.  
(FIGUEIREDO, 2015, p. 14)

---

<sup>14</sup> Grifos do autor.



O jornalista Lucas Figueiredo (2015, p. 14) lança a questão: “Por que não temos acesso a esses documentos? ”. Na sua obra fica clara a importância das histórias do período. São elas que lembram “o brasileiro que fomos” (2015, IV) e que trabalham olhando o passado em busca de instrumentos para a construção do futuro.

Segundo Rousseau, Couture e Arès (1998), os arquivos e sua manutenção estão relacionados ao exercício do poder. Além desse papel, atuam como materiais de prova. São importantes em se tratando de investigação, já que servem a diversas áreas e tipos de estudo. Logo, são indispensáveis à história e a todos os objetos que tratam do passado, visto que trabalham muitas vezes como fontes únicas de informação sobre instituições e indivíduos.

No Boletim da Associação dos Amigos do Arquivo (2001, p. 14) fica clara essa importância dos arquivos tanto para preservar a memória do estado quanto para a ordenação das gestões governamentais vigentes. Segundo o documento, a instituição merece o reconhecimento da sociedade visto seu valor “para a gestão governamental, para a organização e eficiência da máquina administrativa, para o fluxo de informação e comunicação, para a consolidação da identidade cultural, para a garantia de preservação de parte da história paranaense”.

Especificamente sobre os arquivos públicos do Brasil, de acordo com Kuperman e Viegas (2015), tais documentos são um patrimônio do povo, o qual reflete sua luta e deve ser utilizado como ferramenta para a construção da democracia. Para Rousseau, Couture e Arès (1998), é a partir dessa fonte primordial que podemos conhecer o conteúdo das nossas raízes.

Portanto, o acervo também tem esse papel relacionado à memória – “contribuindo para que as políticas do esquecimento não triunfem, e para que a história dos anos de chumbo não se repita”. (KUPERMAN; VIEGAS, 2015, p. 13). Para as autoras é justamente o lembrar que orienta o agir.

### 3.2 DA COMUNICAÇÃO

Neste grande objetivo de fazer lembrar está a comunicação e mais especificamente os meios de comunicação. E é justamente sobre isso que trata a

próxima etapa da Fundamentação Teórica. Ela está dividida em duas partes: Jornalismo Literário e Documentário Audiovisual.

Antes de partir para o primeiro tópico, vale pontuar algumas ideias sobre Comunicação. De acordo com Thompson (1998), ela é, desde sua forma mais primitiva até as novas tecnologias, um aspecto central da vida em sociedade. Para Wolton (2006, p. 13), ela é “a busca da relação e do compartilhamento com o outro.” Ainda, segundo o autor, é um instrumento de democracia, liberdade e modernidade.

Para que a comunicação se imponha como valor e realidade incontornáveis nas relações humanas e sociais, é preciso uma sociedade móvel, aberta, voltada para a mudança, que privilegia a iniciativa, separe o religioso do político e do militar, reconheça a singularidade e a igualdade dos sujeitos, o direito de expressão, a liberdade de opinião e, enfim, o pluralismo político. (WOLTON, 2006, p. 25)

Dentro desse contexto está a comunicação mediada – aquela que se relaciona com a produção, o armazenamento e o acesso de informações significativas para as pessoas que as geram e as adquirem. De acordo com Arlindo Machado (2003), os meios de comunicação são uma instituição que media, simbolicamente, determinados acontecimentos a um público que considera esses eventos relevantes.

Para Araújo (2011, p. 128), os *media* “fazem emergir identidades sociais. [...] tecem crítica, incentivo ou denúncia às relações sociais.” Nesse sentido, fala-se em um poder simbólico ou cultural presente nas instituições da mídia. (THOMPSON, 1998). Segundo o autor, esse poder se faz presente já que a produção de formas simbólicas capacita a intervenção no curso dos acontecimentos e a influência nas ações dos indivíduos. A própria censura durante o período militar faz reconhecer essa importância e função dos meios de comunicação.

Por mais fáceis que parecessem as coisas, surgiam pequenas pedras no caminho. Em quase todos os casos, o pronto remédio usado pelo governo sempre era a censura. [...]. Negativo fiel das preocupações do governo, a imposição do silêncio ecoava as vozes dos fantasmas que assombravam o regime. (GASPARI, 2014c, p. 206)

Dessas funções dos meios de comunicação nasce um produto, a notícia, a mensagem jornalística. Para Moreira (2006), ela é baseada em uma construção social e envolve uma série de negociações entre agentes de interesse. Apesar de não ser um conceito fixo, já que seu entendimento foi mudando ao longo do tempo, (SCHUDSON, 2010), ela é uma percepção sobre fatos e sobre a realidade. É a

informação que “lança pistas sobre o mundo que nos cerca” (FONTCUBERTA *apud* JUNIOR., 2005, p. 62).

Para mim, a natureza do Jornalismo está no medo. O medo do desconhecido, que leva o homem a querer exatamente o contrário, ou seja, conhecer. E, assim, ele acredita que pode administrar sua vida de forma mais estável e coerente [...]. Para isso é preciso transpor limites, superar barreiras, ousar. Entretanto, não basta produzir cientistas e filósofos, ou incentivar os navegadores, astronautas ou outros viajantes a desbravar o desconhecido. Também é preciso que eles façam relatos e reportem suas informações a outros membros da comunidade, que buscam a segurança e a estabilidade do “conhecimento”. A isso, sob certas circunstâncias éticas e estéticas, posso chamar Jornalismo.

(PENA, 2013, p. 25)

E nessa transmissão do mundo pelos jornalistas foram sendo criados métodos, em busca de maior transparência, rapidez e clareza para seus relatos. A prática passou a ser orientada por dois conceitos básicos: a objetividade e a imparcialidade. Mais do que estarem impressas no texto jornalístico, elas devem ser encaradas como um norte, ainda que utópico.

Segundo Traquina, (2005), a objetividade é um mecanismo de reivindicação, por parte do profissional de comunicação, de legitimidade. O Manual de Redação da Folha de S. Paulo classifica esse distanciamento crítico como uma garantia de lucidez “quanto ao fato e seus desdobramentos concretos”. (2011, p. 22).

Está presente, pelo menos de uma forma implícita, se não explicitamente, nos códigos deontológicos dos jornalistas nos países democráticos e está no centro de toda uma mitologia que representa os jornalistas em diversas narrativas que ocupam um papel central na cultura profissional.

(TRAQUINA, 2005, p. 143)

Desse ideal também surgem o *lead*, os “5 W & H” (What? Who? When? Where? Why? How?)<sup>15</sup> e a estrutura da pirâmide invertida<sup>16</sup>. Esses são procedimentos que colocam as informações tidas como as mais importantes para o leitor já no começo do texto. Além do apego ao fato, passou-se uma linha firme de distinção entre notícia e opinião. Era a tentativa de neutralidade. Estava consagrado o modelo de Jornalismo Tradicional. Ao longo do tempo essa divisão vai ficando mais tênue e a subjetividade vai ganhando espaço.

---

<sup>15</sup> Tradução livre: O que? Quem? Quando? Onde? Por que? Como?

<sup>16</sup> “A informação mais importante relativa a um acontecimento é suposta ser apresentada no primeiro parágrafo; a estrutura da notícia assemelha-se a uma pirâmide invertida.” (TRAQUINA, 2005, p. 141)

### 3.2.1 Jornalismo Literário

Por volta de 1960, nos Estados Unidos, os jornalistas começam a renovar, transformar essa forma tradicional de retratar o real. Já não bastava justapor informações factuais. Precisavam de uma alternativa que se opusesse às questões de austeridade, espetacularização e espaço reduzido (PENA, 2013).

A utilização de novas técnicas narrativas, baseadas na literatura, vai tonificando o chamado *New Journalism*. (VILAS BOAS, 2008). Segundo Cosson, tratava-se de uma tentativa de resposta às mudanças daquele período que vinha atrelada à recusa do positivismo e à adoção de um posicionamento pós-modernista. Para ele, “o gênero veio atender a uma audiência jovem, ampla e formalmente educada que necessitava compreender as transformações socioculturais dos anos 1960.” (2007, p. 144).

No país norte-americano o crescimento das cidades e da classe média, o aumento do poder aquisitivo, a transformação das audiências e o incentivo dos editores e revistas contribuíram ainda mais para a atração do *New Journalism*. E é a partir dos nomes de Gay Talese, Norman Mailer, John Hersey e Truman Capote que o gênero ganha destaque nos Estados Unidos. (PENA, 2013).

Não que a aproximação de jornalismo e literatura tenha surgido nesse período. Essa combinação e influência já faziam parte de alguns textos dos séculos XVII e XIX, por exemplo “quando escritores de prestígio tomaram conta dos jornais e descobriram a força do novo espaço público.” (PENA, 2013, p. 28).

[...] aqui se começa a esclarecer um equívoco: a de que o gênero surge nos anos 60 do século passado com o Novo Jornalismo. Apesar de todo o mérito que tiveram

[...] o fato é que a invenção não é um dos itens da longa e honrosa lista de créditos dos jornalistas americanos.

(MARTINEZ, 2009, p. 72)

No Brasil dos anos 70, inspirado pelo modelo norte-americano e situado em um contexto de indústria cultural, de crescimento do mercado editorial, e de engajamento político, o gênero ganha fôlego. Especialmente com o romance-reportagem. Além dele, a imprensa marginal, a crônica, e a biografia, também buscavam nos textos um espaço cultural de liberdade, realização e fuga. Tanto em relação aos padrões modernizantes da época como à censura.

Rildo Cosson (2007) expõe a visão da autora Randall Johnson em relação à conexão entre Ditadura Militar e o Jornalismo Literário. Para ela, a repressão política

do período foi ponto decisivo de canalização das “vozes reprimidas e censuradas” (2007, p. 56) para a literatura. Foi nessa tendência que os jornalistas acharam o impacto e a ressonância que procuravam nos jornais.

Contudo, segundo a autora, apesar de tentar “suprir nos seus leitores os silêncios da história do período” (2007, p. 57), o Jornalismo Literário não o faz com maestria, pois recorre mais ao sentimentalismo do que à provocação da ordem vigente. Eficaz ou não, o gênero serviu como válvula de escape.

A essa função une-se a premissa básica da tendência: a denúncia social. É o comprometimento com a sociedade, com a história e com os problemas da época que norteiam a produção. Objetivo esse que está conectado ao exercício da cidadania.

De acordo com Pena (2013, p. 15), é imprescindível “criar alternativas, ouvir o cidadão comum, a fonte anônima, as lacunas, os pontos de vista que nunca foram abordados.” A preocupação com o social também está na escolha do tema e das fontes (colocando em evidência a solidariedade e a relevância da informação para a formação cidadã).

Ainda, segundo o autor, o Jornalismo Literário é uma narrativa que busca, ao mesmo tempo, informar e entreter. Significa ir além dos acontecimentos cotidianos, a partir da proposição de uma visão mais ampla da realidade, traçando palavras com o suporte do real, da linguagem e da arte. Entendendo que conhecer, fazer e exprimir são processos artísticos, os quais estão conectados à experiência. Nesse sentido, “Jornalismo Literário é experiência.” (VILAS BOAS, 2008, p.25).

Na experimentação do real, segundo Pena (2013), está a vontade de garantir profundidade à informação e fuga às correntes burocráticas da prática jornalística. O profissional não deixa de lado critérios base como a apuração ou a ética, mas procura se aproximar das sutilezas da linguagem literária (criatividade, estilo e elegância pronunciados). Em detalhes, pode-se dizer que o *New Journalism* busca a minúcia através da contextualização.

A partir daí, pode-se dizer que o Jornalismo Literário é um instrumento importante de memória, no qual entende-se memorização como “operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar”. (POLLAK, 1989, p. 7) O gênero emerge, principalmente a partir da biografia (SOUZA, 2008) como mais um meio de conhecer, documentar e rememorar tantas

histórias. À exemplo, os acontecimentos silenciados da Ditadura Militar. (ROLLEMBERG *in* MARTINS FILHO, 2014.)

Os textos do Jornalismo Literário carregam, inevitavelmente, o legado múltiplo dos paradigmas formais ou mesmo inconscientes que conformam o modo com que percebem, interagem com, captam e expressam o real. (LIMA, E. P., 2013, p. 69)

Após o apontamento de todas essas funções, vale, enfim, conceituar Jornalismo Literário. Inicia-se com a premissa da dificuldade de emoldurar o gênero, visto a permeabilidade entre as fronteiras do Jornalismo e da Literatura e a ambiguidade do seu estatuto discursivo (COSSON, 2007).

O que é certo é que ele não é ficção. Tampouco é a superação pura e simples do Jornalismo Tradicional – apesar de procurar se distanciar dele. Segundo Pena (2013), está mais para a potencialização do Jornalismo.

O jornalista literário não ignora o que aprendeu no Jornalismo diário. Nem joga suas técnicas narrativas no lixo. O que ele faz é desenvolvê-las de tal maneira que acaba constituindo novas estratégias profissionais. Mas os velhos e bons princípios da redação continuam extremamente importantes, como, por exemplo, a apuração rigorosa, a observação atenta, a abordagem ética e a capacidade de se expressar claramente [...]. (PENA, 2013, p. 13)

De acordo com Martinez (2012, p. 2), o Jornalismo Literário é uma “modalidade de prática jornalística de profundidade que utiliza recursos de observação originários das Ciências Sociais e técnicas narrativas da literatura”. Para Vilas Boas (2008, p. 12), não é somente expressão artística e textual, mas também conteúdo. “Conteúdo e forma. Juntos.”

Por fim, Pena (2013, p.21) define o conceito a partir de uma ligação com a linguagem. “Estamos sempre ‘empalavrando’ o mundo. O que falta é valorizar a musicalidade. Assim, defino Jornalismo Literário como linguagem musical de transformação expressiva e informacional.”

Parte-se, então, às características empregadas que dão cor, vida e singularidade ao Jornalismo Literário. A primeira delas é a estrutura narrativa, na qual o ritmo tem peso importante (MARTINEZ, 2012). Junto ao compasso da publicação está a possibilidade da utilização de diálogos completos, de descrições detalhadas (hábitos, roupas, gestos, paisagens), de metáforas e digressões. A história pode ser contada cena a cena, como em um romance. (PENA, 2013).

Para tanto, é necessário sensibilidade e uma modesta bagagem cultural por parte do profissional. Daí advém o envolvimento do repórter, a imersão, os “pés na

rua”. Com escuta ativa e entrevista aprofundada, “o jornalista finalmente se descola de uma suposta imparcialidade e assume sua posição como autor da narrativa – uma vez que será a partir de seu olhar e baseado na pluralidade de vocês ouvidas que o acontecimento será reconstruído”. (MARTINEZ, 2012, p. 17).

Se esse narrador é parte integrante da história, pode escrever com personalidade e voz autoral. A criatividade é ponto fundamental nesse texto. “Aliás, é essa voz íntima que, manifestada de forma mais implícita do que ostensiva, gera um campo de conexão com o leitor”. (MARTINEZ, 2009, p. 81). Esse vínculo também se forma a partir de uma escrita de forma humana, relevante e acessível.

Por último, com relação a essa recriação de uma visão do mundo feita pelo Jornalista Literário, está o conceito de Janela. O texto do *New Journalism* é um “retângulo que recorta o visível” (MACHADO *in* MARTINEZ, 2012, p. 8). Nele, estão impressas o imaginário de quem escreve e o universo real que existe, independente.

### 3.2.2 Jornalismo e Documentário

Esse universo real impresso nos textos jornalísticos também pode ser estampado em uma tela. O conceito de Janela acima foi emprestado do Audiovisual, local onde é clássico. Contudo, antes de destrinchar esse conceito e sua relação com o enquadramento no produto audiovisual, vale iniciar essa fundamentação a partir do debate a respeito do contexto de surgimento e das diversas vertentes do gênero. Ao final, o raciocínio encaminhará a análise para o ramo selecionado, o Documentário.

Ele acompanhou o desenvolvimento de outros domínios comuns dentro do audiovisual – já que dialogam entre si – a partir de diversas rupturas e continuidades. (DA-RIN *apud* BARROS JUNIOR, 2005). De uma maneira geral, o filme pode ser explicado como um momento no qual o homem reflete sobre seu entorno, suas motivações e seus valores. Atua como um testemunho, como um desestruturador de ideias pré-estabelecidas e como uma contra-análise da sociedade.

O documentário tem suas bases na fotografia – entendida como a captura de “um instantâneo do mundo”. (2005, p. 5). Essas imagens, dispostas a uma

velocidade capaz de enganar a mente – vinte e quatro fotogramas por segundo – transformam-se em movimento. Aliado à noção de perspectiva<sup>17</sup>, nasce o Cinema.

Essa leitura e testemunho da sociedade, espelho revelador e atividade de diversão coletiva foi outro pilar de fundação do documentário. O Cinema teve sua primeira projeção realizada na França em 1895, graças, principalmente, aos Irmãos Lumière<sup>18</sup>.

[...] reproduzia-se com exatidão não apenas a forma dos objetos e dos seres, mas também se produzia uma ilusão de espaço-tempo em função de ser uma imagem em movimento e, naquele tempo, com muita profundidade de campo. Assim, o cinema, desde seu início, teve um forte papel de registro documental. As primeiras imagens dos irmãos Lumière são, ainda hoje, uma porta de entrada para uma época passada, mas que revive cada vez que as olhamos. As imagens do trem chegando à estação ferroviária de *la Ciotat* espantaram e seduziram aqueles que assistiram à primeira demonstração pública do novo invento [...].  
(DE CASTRO, 2007, p. 238)

O cinema vai achando lugar nas feiras e nas salas de exibição, onde se transforma em espetáculo. Em 1914 vem a Grande Guerra que acaba por incentivar, a partir da industrialização, o desenvolvimento de outros continentes. A revolução técnica atinge produtores e cineastas.

A data de 1930, segundo Barros Junior (2005), marca o início da teorização do cinema documental que também será influenciado pelo cinema de atualidades, pelo estudo de comunidades pouco acessíveis com a etnografia e pelos filmes de viagem – esses que dão origem a palestras de divulgação, os *travelogues*. De acordo com o autor, essas categorias do audiovisual podem ser consideradas a essência do documentário. São elas que imprimem a base epistemológica do ramo: o gosto pelas imagens naturais, o respeito com o objeto e o caráter de informação e interpretação.

Este momento da história do cinema, justamente o ponto em que o cinema de atualidades, o registro etnográfico e os *travelogues* dividem, historicamente, uma mesma época, pode ser considerado a origem do documentarismo.  
(B. JUNIOR, 2005, p. 28)

Dentro desse contexto incipiente do documentário, sucede-se um salto na linha do tempo dessa fundamentação, até uma época que diz respeito aos estudos do presente trabalho. Em 1974, no Brasil, o papel do documentário passa a ser

---

<sup>17</sup> “A perspectiva é uma técnica de representação tridimensional usada pelos pintores do Renascimento que permite criar, no plano bidimensional, a ilusão de espessura e profundidade. Sua base é a projeção das linhas paralelas que partem do primeiro plano em direção a um *ponto de fuga*, de forma que as figuras em segundo plano resultam menores em relação ao primeiro plano.” (MARTINEZ, 2012, p. 7).

<sup>18</sup> Inventores do cinematógrafo – câmera movida à manivela, de formato portátil e leve. (B. JUNIOR, 2005)



particularmente fundamental. É quando sua vertente autônoma ressurgiu, afim de lutar contra a ditadura militar e contra o cenário econômico-social do país. Nesse momento, ele se engaja ainda mais com o político. (NAPOLITANO *in* MORETTIN, 2012).

Com a origem e o contexto delineados, parte-se para seu entendimento enquanto ramo específico do Jornalismo. Se na definição de Jornalismo Literário as fronteiras são um pouco nebulosas, aqui também o são. Apesar de se ter como dada a ideia de que Documentário é um “registro audiovisual da realidade” (2005, p. 16), pode-se ressaltar a dificuldade em categorizar o termo. Essa visão está presente tanto em Barros Junior (2005), como em De Melo (2001).

Para os autores, não há uma linguagem que unifique a ocorrência, tampouco um estatuto particular para esses gêneros. Ressaltam que eles e, por conseguinte, seus conceitos, são fruto de práticas sociais de suas épocas. Portanto, é indispensável realizar uma análise baseada no período histórico no qual o ramo está inserido e na rotina de produção em que foi concebido, revisitando-a continuamente.

Dubois *apud* Barros Junior (2005) corrobora essa noção apontando para a necessidade de pensar a imagem – e por extensão o documentário – dentro de seu próprio modo construtivo, isto é, em relação ao processo gênese de realização. E, mais do que isso, ao procedimento de difusão e também de recepção do produto.

Partindo dessa premissa, vale iniciar uma possível classificação, do mesmo modo como foi feito com o conceito de Jornalismo Literário: a partir do que ele não é. Documentário não é uma grande reportagem com mais profundidade. Tampouco, como aponta De Melo (2001), não é necessariamente um produto de maior duração (tempo) em comparação a uma matéria de televisão.

[...] pode-se argumentar que, tanto quanto o documentário, a grande reportagem também busca ir fundo na investigação dos fatos. Além do mais, quais seriam os parâmetros que iriam apontar a maior ou menor profundidade de um programa? [...]. Enquanto o documentário seria mais longo, a reportagem, mais curta. A nosso ver, essa diferença simplifica demais o problema, pois, qual seria o limite de tempo que separa um gênero do outro?

(DE MELO, 2001, p. 2)

Conduzindo essa fundamentação para as afirmações, segundo Barros Junior (2005), o documentarista (e extrapola-se para o documentário) é um cúmplice da realidade. Nesse sentido, pode-se afirmar que independentemente do “conjunto de

técnicas associadas à obra de cada cineasta”, o real aparece como traço recíproco de todos. (2005, p. 71).

Para Sulzbach *apud* De Castro (2007, p. 231) o documentário é uma forma mais intensa de retratar a realidade. Pode-se dizer também que ele se ocupa “da apresentação e desenvolvimento de um tema” a partir de uma interpretação própria e única daquele que está produzindo. E, então, é possível retomar o conceito de Janela, entendendo-o como um enquadramento do mundo.

Essa demarcação, segundo o autor, tem a ver não só com a limitação mecânica da câmera, mas também com o repertório simbólico do produtor, composto por sonhos, vontades e mitos, e chamado de Imaginário pela autora Monica Martinez (2012). Segundo ela, essa bagagem do documentarista é aspecto fundamental quando na transposição dos seus relatos (tanto para o papel, quanto para a tela). É essa “visão que criará (ou não) um elo de comunicação com o leitor”. (2012, p. 9).

A criação dessa janela do mundo não deixa de ser uma captação do real, tampouco perde sua credibilidade por conta da realização a partir de escolhas, filtros e recriações que demonstram sua subjetividade. Documentário é, por fim, a partir das leituras mencionadas, e sem a intenção de simplificar, a união entre a realidade enquadrada, a individualidade do documentarista e o repertório simbólico do espectador.

Erigida a base da fundamentação sobre documentário é possível partir para suas características. Vale ressaltar, no entanto, que elas não estão dispostas por ordem de importância e que, segundo Barros Junior (2005), elas são, na maioria das vezes, comuns aos demais ramos da atividade audiovisual.

Como referido logo acima, o Documentário baseia-se, em suma, na transmissão do real a partir da subjetividade, visto que o mundo é documentado a partir da perspectiva do produtor que estampa a *sua* própria verdade. (DE MELO, 2001). Essa fidelidade – subordinada somente ao produtor e aos personagens – é captada a partir de um registro *in loco*, visto que o documentário possui um caráter testemunhal.

Das testemunhas gravam-se os depoimentos. São elas que dão dramaticidade ao produto, como personagens da trama. Podem se expressar com voz própria (DA-RIN *apud* BARROS JUNIOR, 2005) e, inclusive, travam diálogos,

quando os depoimentos são alinhavados entre si. Essa costura pode ou não acomodar uma voz *off*, a qual, se existente, marca de forma mais clara a presença do produtor. De todo modo, para De Melo (2001), o caráter autoral está sempre presente no documentário. Seja ele com ou sem voz gravada.

Ou seja, se por um lado o documentarista dá voz aos seus retratados com o objetivo de levar o espectador a tirar suas próprias conclusões em relação ao tema, por outro, esse mesmo documentarista almeja convencer o público de que a história que está sendo narrada tem uma moral – à semelhança das narrativas literárias.  
(DE MELO, 2001, p. 7)

Outra aproximação das narrativas literárias, em especial do Jornalismo Literário, é o conceito de espontaneidade (GRIERSON *apud* BARROS JUNIOR, 2005) – tanto no momento de captação, quanto na hora da entrevista. Lins (2004, p. 103) relata essa concepção a partir da produção de Eduardo Coutinho que “só entra em contato com os entrevistados no momento da filmagem [...] e isso para ele é fundamental. O frescor do primeiro encontro é que garante pelo menos a possibilidade de ouvir uma boa história”.

Essa boa história também depende, segundo Martinez (2012), do ritmo, baseado na construção de cena – elemento já citado como ponto significativo do texto no Jornalismo Literário. Do ritmo ao movimento. Outra característica presente no Documentário e que, segundo Edgar Morin *apud* Barros Junior (2005), confere vida e sensação de realidade – características inexistentes na progenitora fotografia.

Por fim, o conteúdo. É através de temas do cotidiano, do social e de um formato envolvente que o documentário é estruturado. E é justamente nessa área em que, para Martinez (2012, p. 13), “o gênero cinematográfico dedicado à não-ficção [...] mais se aproxima do fazer jornalístico”.

Dentro dessa produção estabelecem-se algumas funções que permeiam toda a realização do Documentário. A primeira delas é a finalidade social que está ligada a ideia de formação e integração do espectador. Cabe ao documentarista transmitir à audiência “uma interpretação do mundo no qual viveram, realçando algum aspecto humano da vida que lhes pareceu importante”. (BARROS JUNIOR, 2005, p. 60). Para Morettin (2012, p. 22), o documentário está especificamente vinculado à primordialidade de “trazer à tona a ‘vida real do brasileiro obscuro’ com o objetivo de que o público das cidades tenha contato com o imenso Brasil desconhecido [...].”

Aliado a isso, está o objetivo de promoção da cidadania – também listado no Jornalismo Literário. Essa aproximação do tema com o público leva, segundo Barros Junior, à “experiência de um contra o outro”. (2005, p. 61).

O documentário enquanto gênero, é produzido com objetivos bem claros de evidenciar recortes da realidade. Partindo de um fato, procura mapear outros fatos correlacionados, acontecimentos interligados, causa e consequências. Traz consigo o tom de explicação, apresenta imagens e depoimentos que comprovam o que é dito e também funcionam como registro, como mecanismo de resgate da memória humana.

(DE MELO, 2001, p. 8)

A partir dessa citação, podemos, por fim, citar sua importância histórica e documental. O documentário, como enunciado pela autora, tem relação com a memória, em forma de depoimento gravado. É ali que o passado se relaciona com o presente. A história silenciada regressa em forma de palavras, de ensinamento. Materializa-se. Imortaliza-se.

Para Rocha da Silva e Pellenz *apud* De Castro (2007, p. 220), a produção de subjetividades audiovisuais deve ser entendida exatamente sob o viés da relação passado-presente. “Pensar que o passado pode ser esquecido ou deixado de lado, além de um erro, é uma negação da própria existência, da própria vida. O presente [...] é exatamente o instante em que se produzem formas / possibilidades de ação”.

Nesse sentido, vale também sublinhar a relevância do Documentário enquanto produto finalizado. (MORETTIN, 2012). Transforma-se em legado para as gerações futuras, mesmo que realizado a partir de uma visão específica, de uma montagem e época determinadas. Segundo Napolitano *in* Morettin (2012, p.151), não é só o documentário que se vale da história, mas sobretudo, “o cinema pode intervir na história, com os diversos graus de complexidade e contradição que essa relação encerra”. A partir daí o documentário também vira monumento, documento das suas próprias verdades.

### 3.2.3 Jornalismo de Dados

Na rotina do jornalista há inúmeras outras formas de transformar a história e a informação em legado. Enquanto o Jornalismo Literário e o Documentário Jornalístico buscam prioritariamente vozes para contar e entender a sociedade e seus processos, o Jornalismo de Dados o faz através de documentos e números.

De acordo com Gray, Chambers, Bounegru e Lucy (2016), a planilha de dados era, há vinte anos, a única fonte de números com que tinham que trabalhar os jornalistas. Com o advento da internet e situados na Era Digital, momento em que a informação é abundante, hoje quase tudo pode ser descrito através de cifras.

Para Elias Machado (2013, p. 111), os “dados são a forma cultural típica adotada pelos meios digitais para a organização das informações nas sociedades contemporâneas”. Trata-se do registro informático do que ocorre no mundo – é o caso, por exemplo, do Arquivo Público do DOPS-PR que tem seus documentos digitalizados e que podem ser consultados *online*.

Nesse cenário, as Bases de Dados atuam como fonte ou ferramenta e o jornalista como o responsável por interpretar e traduzir essa massa de informação. De acordo com o autor (2013, p. 12), “o uso da base de dados amplia o poder do mediador e do usuário no momento de contextualizar uma notícia”. Para Quadros (2007), as bases inclusive melhoram a qualidade do conteúdo.

Elas são, segundo Manovich *apud* Quadros (2007, p. 12), mais do que meros arquivos, pois encontram-se “no centro do processo criativo da internet”. Além disso, estão à serviço da lembrança, já que podem ser consultadas sob demanda. A autora salienta aí o papel importante do jornalismo na construção da memória social. É através dos dados que o fato é contextualizado “para um passado sempre ‘vivo’”. (2007, p. 10).

O Jornalismo de Dados o faz através de um processo que abrange “ferramentas, técnicas e abordagens” variadas para contar histórias. (GRAY; CHAMBERS; BOUNEGRU, 2016, p.13). Nesse sentido os dados podem servir como a fonte principal da reportagem ou como forma de aprofundamento. Ele pode, também, ser as duas coisas.

Os autores apontam que desde os anos 60, nos Estados Unidos, “jornalistas têm analisado bases de dados públicas com métodos científicos para fiscalizar o poder de forma independente”. (2016, p. 30). Então, o que difere o Jornalismo de Dados de hoje dessas vertentes do passado e do restante do jornalismo?

Para os autores do Manual de Jornalismo de Dados (2016, p.14), a distinção entre o tradicional e o Jornalismo de Dados é apenas a ferramenta. “Ambos trabalham buscando a notícia, fazendo reportagem e contando histórias”. Esse vem

como um acréscimo ao modelo clássico. Faz “parte de uma longa tradição, mas, que agora responde a novas circunstâncias e condições”. (2016, p. 33).

De acordo com Machado *apud* Barbosa (2007), essa diferença está no momento de aliar a arquitetura da informação à narrativa. “Talvez sejam as novas possibilidades que se abrem quando se combina o tradicional ‘faro jornalístico’ e a habilidade de contar uma história envolvente com a escala e o alcance absolutos da informação digital agora disponível”. (GRAY et al., 2016, p. 8).

Para Suzana Barbosa (2007) a notícia *online* baseada em dados pode subverter a tradicional fórmula da pirâmide invertida e do *lead*. Como também faz o Jornalismo Literário. E é aí que ela se diferencia das demais produções jornalísticas. A procura pelo furo cai novamente por terra em detrimento da interpretação e do aprofundamento da notícia.

E o Jornalismo Digital<sup>19</sup> é justamente um dos pontos que caracterizam o Jornalismo de Dados. É a partir do uso e das possibilidades do computador e da internet que eles se estruturam e se firmam como tal.

O jornalismo digital inclui todo produto discursivo que reproduz a realidade pela singularidade dos fatos, tem como suporte de circulação as redes telemáticas ou qualquer outro tipo de tecnologia que transmita sinais numéricos e que incorpora a interação com os usuários no processo produtivo.  
(MACHADO, E., 2003, p. 3)

A participação do usuário, segundo o autor, é atributo fundamental do Jornalismo *Online* – e, por conseguinte, do Jornalismo de Dados. Para ele, a tecnologia permite que o processo de produção de notícias se estabeleça no ciberespaço<sup>20</sup> e esse acaba se transformando em uma ferramenta a favor do espaço público democrático.

Novas tecnologias digitais trazem novas formas de produzir e disseminar conhecimento na sociedade. O jornalismo de dados pode ser entendido como uma tentativa da mídia de se adaptar às mudanças e responder a elas em um ambiente repleto de informação, incluindo o relato de histórias mais interativas e multidimensionais que permitem aos leitores explorar as fontes subjacentes às notícias e incentivá-los a participar da criação e avaliação de reportagens.  
(GRAY et al., 2016, p. 19)

---

<sup>19</sup> O Jornalismo Digital é baseado nas particularidades da internet – a noção de tempo e espaço passa a ser relativa; o alcance da informação é diferente de um texto impresso; a produção multimídia passa a ser uma característica fundamental do meio; a escrita pode ser mais concisa e menos sisuda; o usuário consegue reconfigurar a notícia a partir dos seus próprios hábitos e preferências. (FERRARI, 2014).

<sup>20</sup> De estrutura descentralizada (MACHADO, E., 2013), o ciberespaço caracteriza-se pelo ambiente virtual que possibilita a criação de expressões culturais. (MONTEIRO, 2006).

Segundo Gray et al. (2016, p.34), o Jornalismo de Dados representa essa “democratização de recursos, ferramentas, técnicas, métodos antes restritos aos especialistas”, na medida em que permite que cada um descubra o que deseja, cheque e faça suas próprias suposições. De acordo com Castells, citado por Quadros (2007, p. 2), criador e usuário podem ser a mesma pessoa. “As tecnologias de informação e da comunicação permitem ao homem participar de seus processos de desenvolvimento”.

Outra característica ligada ao Jornalismo de Dados é o Jornalismo Visual. Esse significa a união entre um bom design e uma “narrativa editorial clara”. (GRAY et al., 2016, p. 57). “Idealmente, uma peça memorável de Jornalismo Visual será ao mesmo tempo bela e informativa. Mas ao optar entre a notícia e a estética, o jornalismo deve pender para o lado da história”. (2016, p. 169).

Além disso, há uma relação entre O Jornalismo de Dados e o Investigativo. Pode-se dizer que, de certo modo, o primeiro é uma ramificação do segundo. Aí encontra-se, também, a mineração de dados, a qual significa, segundo Fidalgo *in* Barbosa (2007), a apuração dos números e a extração de significados. Ela se diferencia da simples pesquisa e pode ser realizada através de programas de computador. Atua tanto na resolução de problemas quanto na detecção de conhecimentos inesperados.

Para Gray et al. (2016, p. 86), reportagem investigativa eficiente é o resultado de cooperação entre jornalistas investigativos, programadores, e outros que querem usar os dados para contribuir com uma sociedade mais limpa, justa e global”. E essa cooperação citada pelos autores revela a característica de interdisciplinaridade do Jornalismo de Dados.

Segundo os autores, “o espaço digital borrou as fronteiras”. (2016, p. 52). É através de um trabalho de uma equipe plural, com competências diversificadas, que se dá a produção em Jornalismo de Dados. Fazem parte da dinâmica os conhecimentos na temática abordada, a desenvoltura com os dados, as noções de programação e de design. O jornalista Scott Klein, do ProPublica, *in* GRAY et al. (2016) sustenta essa ideia quando afirma que os resultados na área exigem uma combinação de habilidades.

A partir dessa união de competências, objetiva-se proporcionar impacto e uma melhor compreensão sobre determinado problema. Trata-se de enxergar

“através e além dos números” (2016, p. 16) para fiscalizar. No entanto, os autores salientam que apesar de as cifras carregarem uma aura de seriedade, devem sempre ser colocadas à prova, justamente para instigar e colocar o senso crítico em prática.

Segundo David Anderton *in* Gray et al. (2016, p. 14), o Jornalismo de Dados é relevante já que trabalha para decodificar “a complexidade do mundo”. O jornalista Alex Howard, na mesma publicação, também aponta o crescente mérito do modelo. Para ele, são os jornalistas de dados os responsáveis por “fornecer contexto, clareza e, talvez o mais importante, encontrar a verdade em meio à expansão de conteúdo digital no mundo”. (2016, p. 17).

Dentro desse cenário que envolve democracia, interatividade, fiscalização, construção da memória e busca por respostas para o mundo a partir de dados, abre-se um parêntese para levantar a importância do acesso à informação. Os autores do Manual de Jornalismo de Dados (2016) apontam a indispensável necessidade da existência de políticas de permissão e transparência em todo o globo.

No Brasil o acesso é regulamentado pela Lei nº 12.527 “que obriga todos os órgãos públicos brasileiros a divulgar dados administrativos e a atender a solicitações de informação de qualquer cidadão”. (2016, p. 36). Essa garantia também aparece no artigo 5º, inciso 32 da Constituição Federal. Contudo, para os autores, há situações em que a regra parece não existir. Isso porque há carência de demanda e resistência por parte das autoridades na hora de fornecer os dados.

E é justamente a soma de um trabalho multidisciplinar, com a aquisição, filtragem e com a posterior veiculação dessas informações – a partir de uma apresentação simples e interativa – que o Jornalismo de Dados tem acumulado exemplos bem-sucedidos. “Reportagens movidas por dados prestaram valiosos serviços públicos e deram prêmios cobiçados aos autores”. (GRAY et al., 2016, p.30)

São reportagens que perpassam diversos seguimentos. Vão do salário de empregados do governo, ao perfil de jogadores de beisebol, passando por erros médicos evitáveis em hospitais de determinada região, até análises de campanhas políticas e assassinatos sem resolução judicial.

Nós aprendemos sobre como fontes de dados podem ser usadas para aumentar e melhorar a cobertura de tudo, de eleições a gastos públicos, de protestos à corrupção, do desempenho de escolas ao preço da água. [...] [São produções de] grandes organizações de mídia como BBC, Chicago



Tribune, Guardian, Financial Times, Helsingin Sanomat, La Nación, Wall Street Journal e o Zeit Online, mas também iniciativas menores [...].  
(GRAY et al., 2016, p. 100)

Como forma de ilustração cita-se o *Reading de Riots*<sup>21</sup>: a cobertura, realizada pelo jornal The Guardian, dos protestos de 2011 que ocorreram no Reino Unido. O principal objetivo era entender a dinâmica e o papel das redes sociais para “propagar e espalhar fluxos de informação [...] [e] para incitar e examinar outras formas de organização”. (2016, p. 144). A equipe de jornalistas trabalhou amplamente com mapas e 2,6 milhões de mensagens no *Twitter*, ao lado de um time de acadêmicos e especialistas em cartografia de transporte.

Em resumo o jornal desmentiu a versão dos fatos dada pelo governo e apresentou a forma como os rumores se espalharam pelas redes sociais. Através do Jornalismo Visual, segundo Farida Vis in Gray et al. (2016, p. 145), foi possível descrever “de maneira eloquente” algo muito difícil: a viralidade dos boatos na internet. “Essa visualização não apenas deu grande ajuda à tarefa de contar bem essa história, mas também permitiu a compreensão real de como os rumores se comportam no *Twitter*, o que oferece informação útil para lidar com eventos como esses no futuro”.

É o caso, por exemplo, de um trabalho de Jornalismo de Dados em desenvolvimento – o Mapa 76 – que pretende permitir acesso irrestrito às informações de processos de crimes contra à humanidade cometidos durante a Ditadura Militar na Argentina. O golpe durou de 1976 a 1983 e contabilizou “30 mil pessoas desaparecidas, milhares de mortes e 500 crianças nascidas durante o cativeiro [que] foram apropriadas pela ditadura militar”. (2016, p. 140).

Esse projeto propõe a possibilidade de seguir determinado indivíduo, através de mapas e linhas do tempo, afim de acompanhar e mostrar sua história durante a Ditadura. Com o propósito de colocar o plano em prática, foi realizada uma maratona de Hackers. “Provavelmente, o principal problema que tivemos [...] foi que o nosso projeto era muito ambicioso, nossos objetivos de curto prazo demandavam muito trabalho”. (2016, p. 142).

O Mapa76 continua em plena evolução, assim como o Jornalismo de Dados. De acordo com Gray et al. (2016) o modelo observa um mercado em expansão que

---

<sup>21</sup> Tradução livre: Lendo os protestos. [www.theguardian.com/uk/series/reading-the-riots](http://www.theguardian.com/uk/series/reading-the-riots)

busca a transformação de números em informações cada vez mais significativas, intuitivas e humanas.

#### 4 PRODUTO

Da união de uma pesquisa exploratória baseada no Jornalismo de Dados com os conhecimentos e a execução de uma produção audiovisual baseada na linguagem do Jornalismo Literário surge o produto desse trabalho teórico, o documentário Retrato-Falado: Dando voz aos arquivos do DOPS-PR.

Pode-se dizer que essa produção possui a característica documental, citada – e reprisada agora – em De Melo (2001). Sua conexão com o registro e a memória se faz em duas vias. A primeira delas é a material, principalmente porque se baseia em arquivos – as fichas individuais do DOPS-PR. Quanto à segunda, vale-se de relatos, testemunhos e depoimentos. Vozes que compõe a trama e personificam o tema.

Trata-se de um documentário de 30 minutos gravado em qualidade Full HD, em 1080-30fps. As imagens de cobertura fazem parte dos acervos do Brasil: Nunca Mais, do Arquivo Nacional e de Domínio Público.

O início é estruturado a partir de uma narração explicativa em *off* – com o objetivo de contextualizar o tema. Depois, seguem os depoimentos de quatro entrevistados em esquema de narrativa não linear. Essa característica foi baseada em Amores Brutos, um filme de Alejandro González Iñárritu, lançado no ano 2000. O longa mexicano costura três histórias diferentes. Elas se intercalam e se unem por um mesmo acontecimento. No caso de Retrato-Falado esse acontecimento é a Ditadura Militar e os fichamentos realizados pelo Departamento de Ordem Política e Social do Paraná.

O texto inicial é inspirado nas produções de Jornalismo Literário – procura romper com o *lead* jornalístico, busca a profundidade do relato, o detalhe das descrições e o uso de técnicas da literatura.

Vale dizer que os entrevistados não foram escolhidos aleatoriamente. Eles partiram do recorte (Paraná, 1964 a 1985) utilizado para a aplicação da segunda fase do questionário. Através de pesquisas *online* e da ajuda da Comissão da

Verdade – representada pelo integrante Norton Nohama – foi possível encontrar cinco dessas pessoas, das quais quatro aceitaram contar suas histórias.

A posição dos entrevistados no momento da gravação diz muito sobre eles. Os próprios fichados estão posicionados à direita do quadro, enquanto a fonte que fala sobre um fichado está no lado oposto. Assim também acontece com a localização dos seus GC's (gerador de caracteres – onde se encontra o nome e a descrição do entrevistado).

A edição tem como suporte o programa Adobe Premiere Pro CS5. Os cortes das entrevistas são inspirados nas produções de Eduardo Coutinho – em sua maioria secos, sem transições. Elas aparecem apenas quando há mudança de assunto.

A ordem dos relatos no documentário é montada a partir da ideia de como se lê uma ficha do DOPS-PR: primeiro observa-se o nome e as informações iniciais do fichado – profissão, idade, portanto o entrevistado se apresenta no documentário. Então, passa-se para as lembranças da época. Elas representam o endereço e a filiação, presentes no documento. Só então se conhece o motivo do fichamento. É nesse momento que as fontes recebem sua própria ficha e discutem o registro. E a conclusão parte da construção desses raciocínios.

## **5 RESULTADOS PESQUISA EXPLORATÓRIA**

A partir da realização da pesquisa exploratória e experimental, apresenta-se que 83,8% das fichas são de homens, 11,8% de mulheres e em 4,4% não é possível responder o sexo. Sobre isso, destaca-se o papel da mulher na luta contra a Ditadura Militar. Para Gianordoli-Nascimento et al (2004, p. 24), “a participação feminina nas organizações de militância política pode ser tomada como um indicador das rupturas iniciais que estavam ocorrendo nos papéis tradicionais de gênero”. Esse cenário pode justificar o número de fichamentos em comparação ao do sexo masculino.

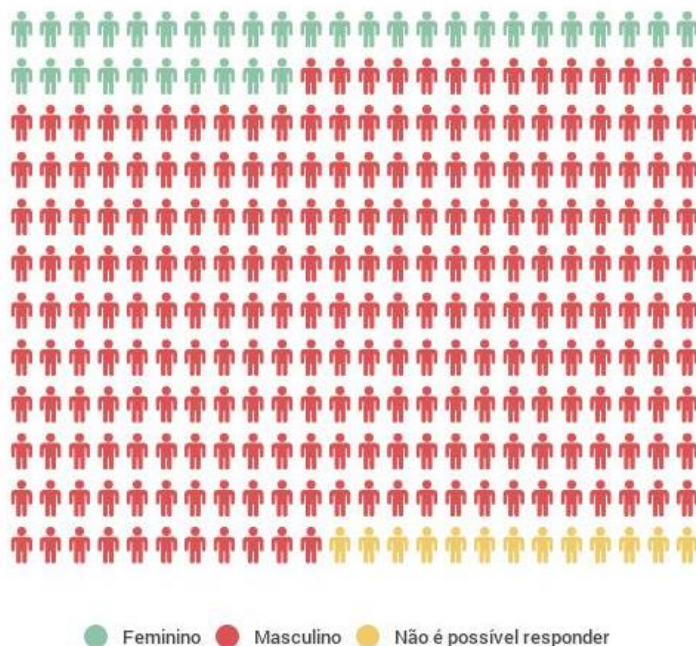
Tratava-se de um símbolo de libertação da mulher, que crescia aos poucos e em todas as instâncias. Representava, inclusive, segundo os autores, um processo de reedição identitária. Vale ressaltar, no entanto, que o movimento feminista e suas

características “só foram absorvidos por algumas dessas mulheres em meados de 70 (muitas vezes quando já se encontravam presas)”. (2004, p.25). Frente a um cenário de mudança de valores e engajamento em um projeto político conturbado, os autores salientam a inquestionável cooperação dessas mulheres na luta contra o Regime.

Militantes mais novas e mais velhas vivenciaram acontecimentos que estruturaram uma época, e que favoreceram, aos que nela viveram, representações que orientaram comportamentos. [...] Sejam quais forem as consequências que as ações em busca da realização de um projecto social pudessem alcançar e alcançaram (clandestinidade, prisão, tortura), o que se viu foi uma nova forma de vida que exigiu das militantes ajustes extraordinários à sua realidade, principalmente no a que diz respeito ao seu desaparecimento do “mundo legal” que, de acordo com a literatura, foi o primeiro passo que muitos jovens experimentaram na desesperada luta pela sobrevivência naquele contexto. (GIANORDOLI-NASCIMENTO et al, 2004, p. 29)

#### GRÁFICO 1 – Relação de fichados por sexo (fase 1)

Dos 68 fichados, 8 são mulheres (11,8%) e 57 (83,8%) são homens. Não foi possível identificar o sexo dos outros 3 (4,4%).



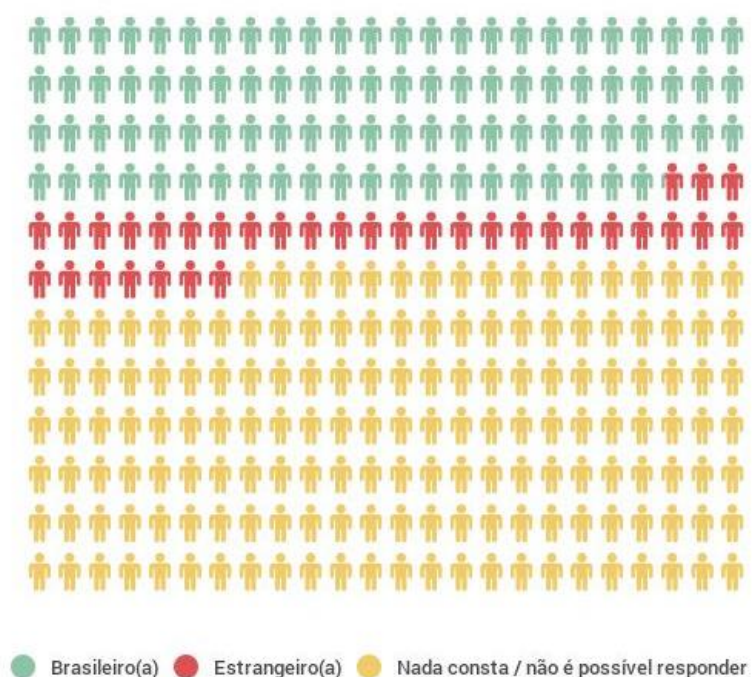
Fonte: O autor / Infogr.am (2016)

Sobre a nacionalidade, 32,4% são brasileiros, 11,8% são estrangeiros. Essa informação não consta em 55,9% das fichas. O número de pessoas de fora pode ser explicado através do cenário político compartilhado de diversos países da América Latina e, portanto, de dissidentes que transitavam para operar uma guerra revolucionária contra suas ditaduras.

Tal contexto pode ser exemplificado pela Operação Condor. Tratava-se de uma articulação iniciada em 1974 entre as ditaduras argentina, uruguaia, paraguaia e chilena. Se de um lado circulavam militantes com o objetivo de dismantelar essa conjuntura política, de outro transitavam informações e cooperação entre as “tirantias amigas” (GASPARI, 2014c, p. 379).

GRÁFICO 2 – Relação de fichados por nacionalidade (fase 1)

Dos 68 fichados, 22 são brasileiros (32,4%) e 8 são estrangeiros (11,8%). Não foi possível responder sobre os outros 38 (55,9%).



Fonte: O autor / Infogr.am (2016)

Pode-se dizer que a maioria dos fichamentos ocorreu na década de 70, foram 52,9%. Isso aponta para a definição dos Anos de Chumbo do Regime – a parte mais severa do período, em se tratando de fichar, vigiar e punir. Nos anos 60 foram 5,9% e 13,2% nos anos 80. Há aí um paradoxo: apesar dos anos 80 marcarem a abertura política do país (CORDEIRO, 2009), ainda há fichamentos sendo realizados. Observa-se também que há uma parcela de registros antes da Ditadura Militar de 1964: 22,1%.

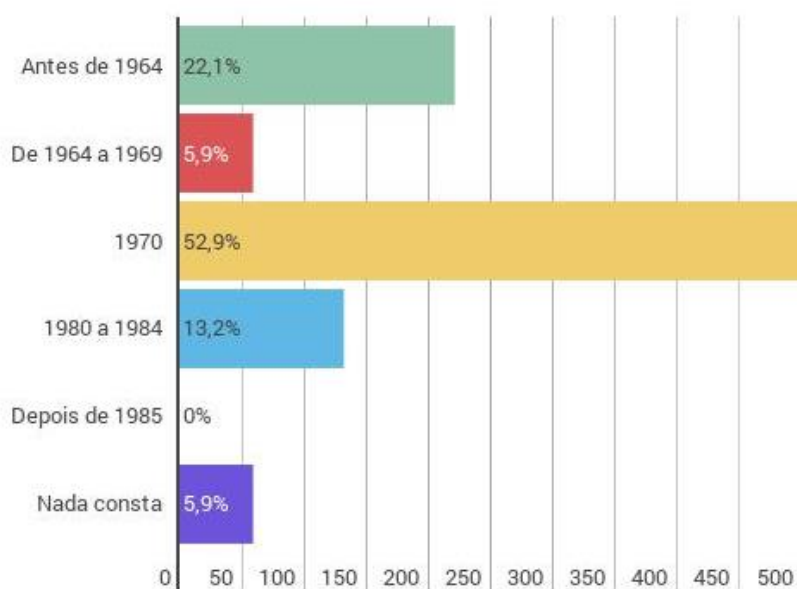
Esse dado aponta, principalmente, para a atividade investigativa durante a ditadura do Estado Novo<sup>22</sup>, (PANDOLFI, 1999). O cenário da época era baseado em

<sup>22</sup> “Denominação empregada para caracterizar um momento particular da nossa história contemporânea e que abarcou o período de 10 de novembro de 1937 a 29 de outubro de 1945”. (PANDOLFI, 1999, p. 327). “Nesse momento, é a figura do Vargas ditador que assume o primeiro plano, a imagem do homem que, através de um

pouca representatividade política em relação aos partidos nacionais e em uma trama intrincada entre a oligarquia rural e a burguesia mercantil. Tal situação favoreceu o estabelecimento do Estado Novo. Segundo o autor, era um momento político no qual Getúlio Vargas estava engajado contra o comunismo e atuava através do autoritarismo e da supressão da democracia.

Nesse sentido, dava-se importância à organização de arquivos e índices de presos, à análise e posterior registro de periódicos nacionais e estrangeiros em busca de conteúdo nocivo e à correspondência com as DOPS estaduais. (TERRA & MAC CORD in PANDOLFI, 1999).

GRÁFICO 3 – Dinâmica de fichamentos por período / década (fase 1)



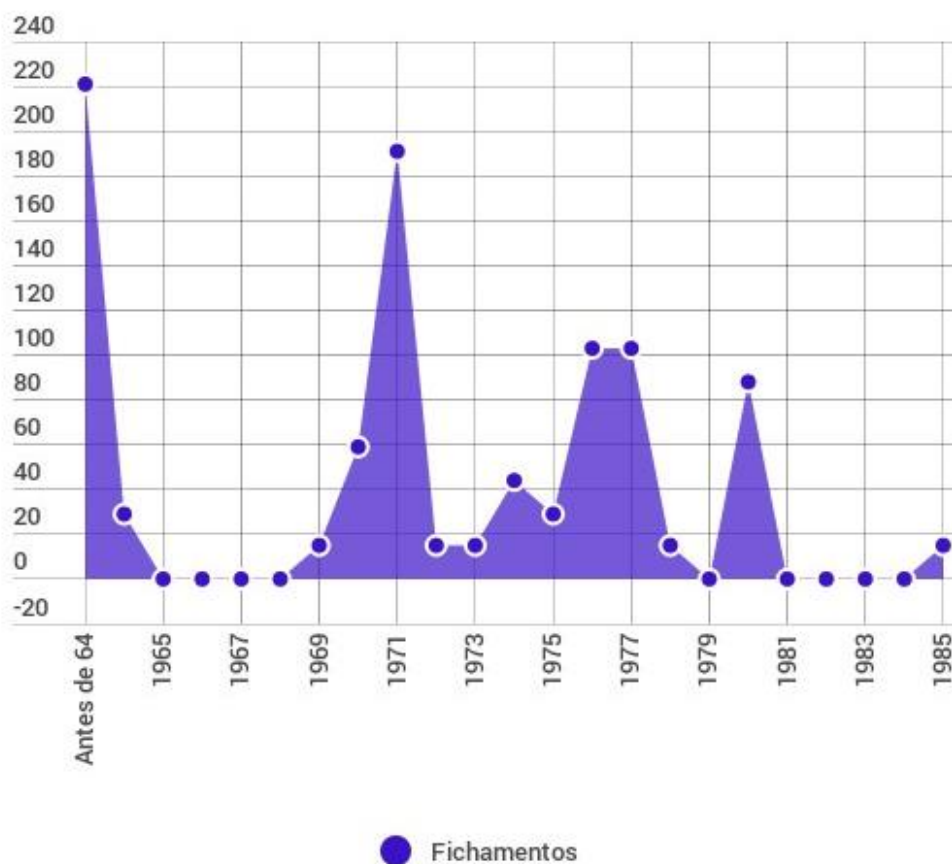
Fonte: O autor / Infogr.am (2016)

A partir do gráfico seguinte (GRÁFICO 4) é perceptível a dinâmica de fichamentos no que tange sua divisão por ano. Constata-se, como já citado, o pico de investigações durante o governo Médici (1969-1974), nos Anos de Chumbo. Em seguida, entra Geisel, militar que inicia o processo de abertura política. Segundo Cosson (2007, p. 26), no entanto, distensão “jamais significou [...] ausência de censura ou repressão”. Alia-se a isso o ato de inquirir.

---

golpe de Estado, com o auxílio das Forças Armadas, instaura a ditadura, pondo fim à breve e turbulenta experiência democrática de 1934-37 [...].” (PANDOLFI, 1999, p. 23)

GRÁFICO 4 – Dinâmica de fichamentos por ano (fase 1)



Fonte: O autor / Infogr.am (2016)

Observa-se, logo após, uma diminuição no número de inquiridos. Quadro que é revertido em 1975. Gaspari (2014c) aponta que nesse ano a tortura triplicou em relação à 1974. Em São Paulo, a carceragem do DOI estava no limite de sua capacidade. É desse ano, inclusive, a morte do jornalista Vladimir Herzog. Novo pico em 1977 que coincide com a onda de prisões em decorrência do 1º de maio, citada pelo autor. Logo essa taxa cai. É 1978 que chega junto com a declaração oficial de extinção da censura. (COSSON, 2007).

Apesar de a sociedade caminhar para a redemocratização, 1980 registra novo aumento no número de fichados. Nova dissonância que, talvez, possa ser explicada a partir da diminuição na taxa de analfabetismo e do aumento de estudantes nas universidades – mais pessoas engajadas com a abertura política. Segundo o autor, entre 1970 e 1980 o número de indivíduos que não sabiam ler ou escrever diminuiu de 39% para 29%. Nesse mesmo período, passou-se de 100 mil alunos universitários para 1 milhão. Mas, mesmo em 1985 – último ano da Ditadura – houveram fichamentos. 5,9% das fichas não traziam esse dado.

Quanto à localidade, 32,4% dos fichamentos foram realizados no estado do Paraná. Em São Paulo foram 17,6% e no Rio Grande do Sul 1,5%. Em outros estados, aí compilando as outras regiões do Brasil, foram 10,3%. Não foi possível responder essa questão por falta de informação em 38,2% dos casos. Nota-se aí o intercâmbio de fichas que circulavam pelo país.

GRÁFICO 5 – Dinâmica de fichamentos por estado (fase 1)

Trata-se do local onde ocorreu o fichamento, não da cidade natal do fichado.



Fonte: O autor / Infogr.am (2016)

Dos documentos analisados, 50% apontam a ocupação do fichado. São, em sua maioria estudantes, pessoas ligadas ao exército (tenentes; ex-soldados) e jornalistas, nessa ordem. Ainda, escriturários, comerciantes, motoristas, vigilantes etc.



GRÁFICO 6 – Ocupação dos fichados (fase 1)

Em 34 arquivos (50%) a ocupação do fichado foi preenchida. A outra metade corresponde aos registros sem essa informação.

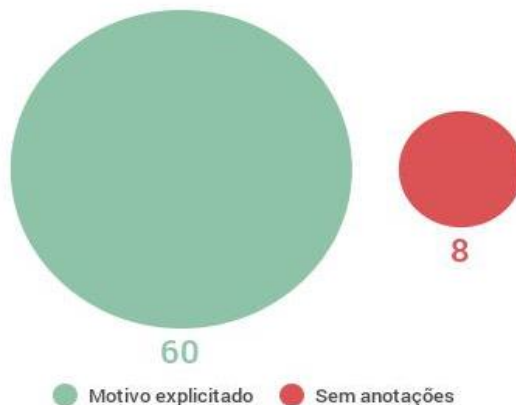


Por fim, o motivo do registro foi explicitado na grande maioria das fichas, 88,2%. Dentre as justificativas está, por exemplo, o enquadramento no “Ato Punitivo da Revolução de 1964”. Também, acusações relacionadas ao possível envolvimento político do fichado. Ainda, registro por pedido de nacionalização ou por documentos extraviados.

Algumas fichas acompanham, inclusive, fotos do fichado, recortes de jornal que tinham relação com a denúncia e posteriores considerações em relação à sua situação (encontrava-se foragido, tinha sido preso, posto em liberdade, respondia a processo).

### GRÁFICO 7 – Motivo do fichamento (fase 1)

Em 60 documentos, o motivo do fichamento foi explicitado (88,2%).  
Nada consta nas 8 fichas restantes (11,8%).



Fonte: O autor / Infogr.am (2016)

Esse tipo de pesquisa – exploratória, com resultados quantitativos – abre caminho para novas investigações não só a serem realizadas na área da Comunicação, mas em diversas outras esferas do conhecimento. Fica explicitado, portanto, que se tratou de uma pesquisa exploratória inicial (pré-teste), experimental. Com os dados apresentados acima será possível testar outras variáveis e hipóteses e, portanto, aprofundar os estudos sobre o Arquivo. Além disso, será mais um suporte para a compreensão do período.

Os próximos passos podem ser dados por outros pesquisadores, em busca de respostas em outras áreas do conhecimento, a partir da inclusão de novos recortes de tempo e localidade. E é justamente esse o segundo momento da pesquisa teórica: a aplicação do questionário às fichas do Paraná, compreendidas entre os anos de 1964 e 1985. Elas serviram para selecionar e delinear o perfil dos possíveis entrevistados no Documentário Audiovisual.

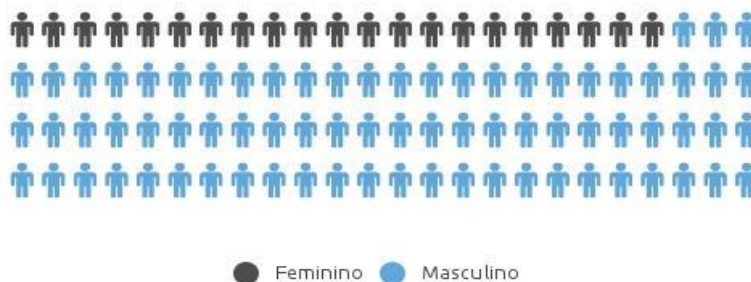
Aqui, abre-se um parêntese para explicitar que a ideia inicial era de delimitar o recorte temporal dessa segunda fase a partir da referência dos Anos de Chumbo do Regime. Contudo, durante os estudos para a realização da Fundamentação Teórica observou-se que essa categorização era inadequada.

Isso porque a literatura aponta que ocorre um número considerável de prisões, torturas, desaparecimentos e mortes mesmo após o término desse período. O fim dos Anos de Chumbo não significou o abrandamento da Ditadura. Isso foi possível observar nos gráficos apresentados acima e fica claro em Cosson (2007) e Gaspari (2014c).

Da aplicação do segundo questionário – referente aos arquivos do Paraná, datados entre 1964 a 1985 – notou-se que 78,6% dos fichados são homens. As mulheres são 3, representam 21,4%.

GRÁFICO 8 – Relação de fichados por sexo (fase 2)

Dos 14 fichados, 3 são mulheres (21,4%) e 11 são homens (78,6%).

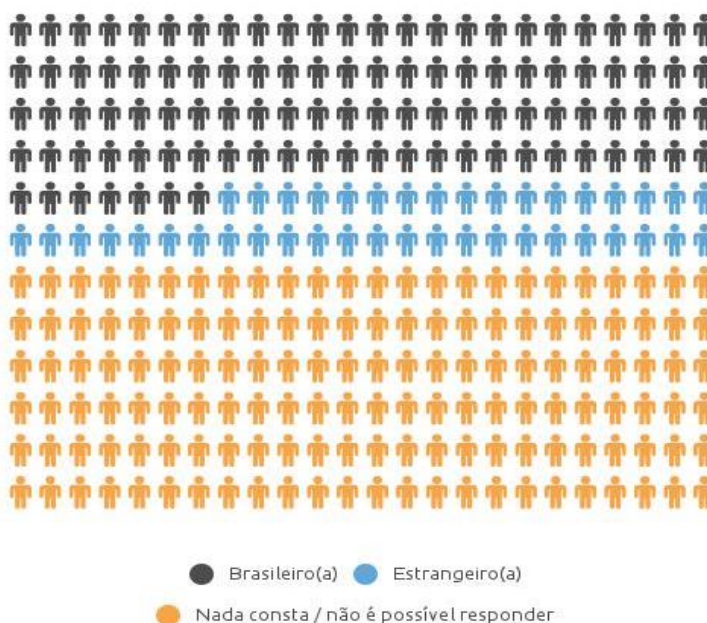


Fonte: O autor / Infogr.am (2016)

Quanto à nacionalidade, a pesquisa da segunda fase revelou que, das 14 fichas analisadas, 2 são de estrangeiros (14,3%) e 5 são de brasileiros (35,7%). Não foi possível responder o quesito em 7 casos (50%).

GRÁFICO 9 – Relação de fichados por nacionalidade (fase 2)

Das 14 fichas analisadas, 5 são de brasileiros (35,7%) e 2 são de estrangeiros (14,3%). Não foi possível responder a nacionalidade dos outros 7 fichados (50%).



Fonte: O autor / Infogr.am (2016)

Em seguida parte-se para a exposição referente à data. Dos fichamentos realizados no estado do Paraná a maioria aconteceu no ano de 1980 – pico que se

assemelha ao registrado na aplicação do questionário da primeira fase. É o momento em que o país começa a observar indícios de redemocratização.

Em 1971 também há um registro acentuado de fichamentos. Como registrado por Gazzotti *in* Martins Filho (2014), era um momento em que a tortura – e, por conseguinte a prisão e o fichamento – passava a fazer parte corriqueira da realidade. Em 1974 encerra-se a luta armada, mas há novo cume em relação aos inquiridos. Isso se expande em 1975, permanece constante e volta a cair a partir de 1979.

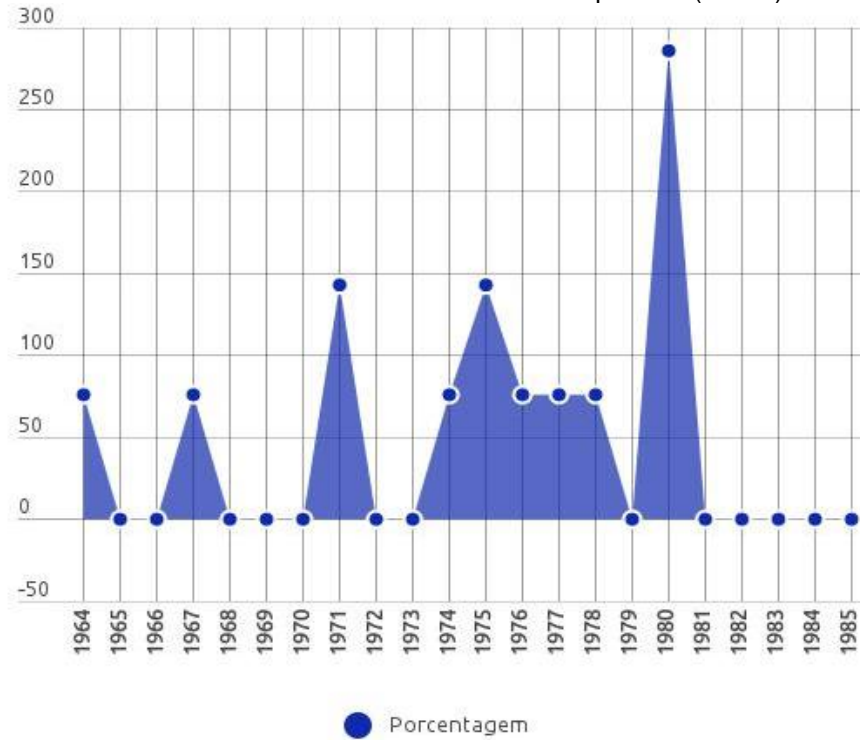
Nesse ano, assim como em 1965, 1966, 1968, 1969, 1970, 1972, 1973, 1981, 1982, 1983, 1984 e 1985 não houveram fichamentos. Algumas dessas datas fazem, inclusive, parte dos já citados anos de Chumbo do período Militar. Isso aponta para uma discrepância em relação à literatura, o que pode ser explicado por uma hipótese de queima de arquivo a ser averiguada em trabalho futuro.

Tal questionamento surgiu após a tabulação dos números das fichas. Quando elas estão em ordem numérica, ficam fora de ordenação temporal. Já quando organizadas sob um segundo número presente em todas as fichas, tornam-se uma sequência no que se refere aos anos.

Outro ponto observado durante a pesquisa e que vale o destaque é com relação aos desaparecimentos. Nenhuma das fichas estudadas pertencia a um desaparecido político.

Unindo tais elementos e a obra de Lucas Figueiredo (2009, cap. 5 – edição *kindle*), chega-se a uma possibilidade de queima de arquivos. Segundo o autor, “as Forças Armadas passariam as três décadas e meia seguintes tentando esconder o que a repressão fizera [...].” Em 1995, o Exército recebeu a ordem de fornecer informações sobre mortos e desaparecidos políticos, porém “mais uma vez sonegou as informações que poderiam botar um ponto final em dezenas de casos [...].” (2009, cap. 5 – edição *kindle*).

GRÁFICO 10 - Dinâmica de fichamentos por ano (fase 2)



Fonte: O autor / Infogr.am (2016)

A figura seguinte (GRÁFICO 11) descreve a localidade dos fichamentos no Paraná. Dos 14 documentos analisados nessa segunda fase da pesquisa, 6 são da cidade de Curitiba, 2 de Londrina, 1 de Assis Chateaubriand e 1 de Santo Antônio da Platina, 1 de Paranaguá, 1 da Lapa, 1 de Cornélio Procópio e 1 de Maringá.

GRÁFICO 11 – Dinâmica de fichamentos por estado (fase 2)

Trata-se do local onde ocorreu o fichamento, não da cidade natal do fichado.



Fonte: O autor / Infogr.am (2016)

Nessa etapa da pesquisa, o resultado do questionário aponta que em 64,3% dos casos é possível saber a profissão do fichado. São 3 estudantes, 1 Tenente Coronel, 1 presidente de Associação, 1 lavrador, 1 pedreiro, 1 industrial e 1 desempregado. A informação não aparece nos outros arquivos.

GRÁFICO 12 – Ocupação dos fichados (fase 2)  
Em 64,3% das fichas, 9, a profissão foi explicitada. Nas outras 5, 35,7%, essa informação não consta.



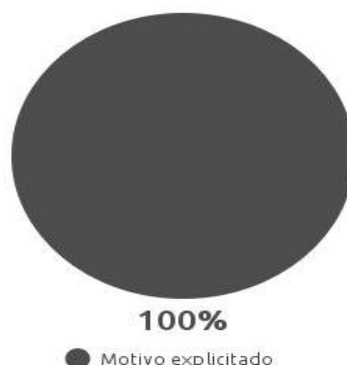
Fonte: O autor / Infogr.am (2016)

Por último a explicitação do motivo do fichamento. Na análise das 14 fichas referentes ao período de 1964 a 1985, do Paraná, todos os arquivos possuem a explicação pela qual ocorreu o inquérito. Os estrangeiros são solicitados pelas autoridades do suposto país de origem e os demais pretextos tem, em sua maioria, relação com alguma atividade política tida como subversiva pelo governo – participação em eventos e passeatas, apoio a determinado movimento ou personalidade de esquerda. Um caso envolve indisciplina militar.

GRÁFICO 13 – Motivo do fichamento (fase 2)

## Motivo

Em todos os documentos (100%), o motivo do fichamento foi explicitado.



Fonte: O autor / Infogr.am (2016)

## 6 CONCLUSÃO

Nos primeiros contatos com o arquivo, foi possível constatar que as 47.423 fichas estavam classificadas apenas alfabeticamente. Não se sabia dizer quantas pertenciam a um período anterior à Ditadura Militar, quantas eram realmente do estado do Paraná e quantas vieram de outras DOPS, por exemplo. Notou-se também que existiam algumas falhas no todo – grandes intervalos de fichas que estão numeradas, mas não existem. De acordo com o DEAP, esses documentos foram perdidos antes mesmo de chegarem ao Arquivo Público.

Percebeu-se, portanto, a dificuldade em realizar o Documentário Audiovisual que delineasse o perfil daqueles arquivos sem antes realizar um trabalho exploratório, afim de categorizar as fichas individuais. Com a estipulação de um cálculo amostral e de um questionário específico foi possível iniciar essa sistematização do arquivo e, mais do que isso, aplicar o resultado não somente aos 68 documentos analisados, mas à totalidade do fichário.

Uma pesquisa que abre portas para diversos outros estudos. Não só na área da Comunicação, como também nas Ciências Sociais e na História, por exemplo. Vale dizer que a própria autora tem interesse em dar continuidade a esse trabalho, possivelmente em uma tese de mestrado.

Ao longo desse processo de pesquisa exploratória, observou-se que se tratava de um trabalho de Jornalismo de Dados. Partiu-se então para o aprofundamento teórico do tópico. Fica clara a importância desse tipo de pesquisa no sentido de revitalizar o passado e sustentar a liberdade e a democracia. Trata-se de um trabalho de investigação o qual aponta para a necessidade de um estudo complexo afim de materializar, interpretar e difundir tais informações para que elas deixem os Arquivos e alcancem, verdadeiramente, o conhecimento da sociedade.

Com a realização do trabalho teórico também foi possível notar que a discussão sobre os gêneros, aqui especificamente o Jornalismo Literário e o Documentário, vai além de uma tentativa de definição ou classificação. Viu-se que, mais do que uma reunião de características em comum, um gênero é uma reunião de práticas sociais.

Nesse sentido, vale ressaltar também que tais ramos do jornalismo estão especificamente relacionados a diversos processos históricos. Vinculados a uma determinada época, onde pesam questões sociais, tecnológicas e de visão de mundo. Para tanto, devem ser analisados dentro do seu próprio contexto gênese, com risco de serem indevidamente compreendidos caso sejam estudados fora desse cenário. Portanto, fica clara a dificuldade – e até a impossibilidade – de categorizar esses gêneros em ordens imutáveis, inflexíveis e impermeáveis.

Do estudo em relação à Ditadura Militar foi possível angariar respaldo e bagagem teóricos tanto para a realização das etapas da pesquisa exploratória, quanto para a produção do Documentário Audiovisual – com a busca e entrevista de alguns fichados ou de pessoas próximas. Esse que é a personificação do arquivo.

Retrato-Falado: Dando voz aos arquivos do DOPS-PR é, portanto, a tradução da pesquisa exploratória em palavras e memórias. São os fichados ou seus conhecidos que respondem, eles mesmos, quem são/foram, por que motivo possuem uma ficha no Departamento, qual era seu envolvimento político e social antes, durante e depois do período Militar.

Mais de quatro horas de entrevistas com quatro entrevistados precisaram ser encaixadas em um documentário de trinta minutos. Vale ressaltar que as fontes não foram escolhidas ao acaso. A partir do recorte temporal (1964-1985) e local (Paraná) restaram 14 nomes. Desses, cinco foram encontrados e contatados.



A procura por essas pessoas foi realizada a partir da internet, de referências em comum e da ajuda da Comissão da Verdade, representada por Norton Nohama. Contudo, depois do primeiro contato e inclusive da marcação da entrevista um dos fichados desistiu de participar. Era a história de um estudante de direito que não sabia possuir ficha no DOPS-PR. O fato o surpreendeu porque, na época, e até os dias de hoje, apoia o Regime Militar.

Os relatos dessas quatro pessoas foram apresentados nesses trinta minutos. Tal feito se constituiu um desafio, principalmente por conta do conteúdo das entrevistas. Eram histórias de toda uma vida que brigavam por espaço nos 30 minutos da *timeline* do audiovisual. Um grande aprendizado profissional e pessoal, além de uma honra, poder ser ouvinte, documentarista e ter o privilégio de compartilhar dessas lembranças e histórias de vida.

Também, a complexidade de construir um texto baseado no Jornalismo Literário. Deve ser pensado com cuidado e trabalhado a partir de uma abordagem que mescle criatividade na reportagem, envolvimento do narrador e fidelidade aos fatos. (TALESE, 2004).

Desde o começo do processo, a orientação era a de escrever um roteiro à lápis, para que o norte fosse traçado, mas que o curso para chegar até ele pudesse ser alterado ao longo do processo. E é justamente isso que se observou durante a realização do produto. As entrevistas, o conteúdo, acabam tomando o espaço da forma, o Jornalismo Literário. Nesse sentido, pode-se dizer que ele se encontra mais na profundidade do relato, na pesquisa do contexto e no começo do *off* do audiovisual.

Por fim, o desafio de costurar uma narrativa não linear – alcançando coerência em histórias independentes e diferentes que só se cruzam por conta do tema, dos fichamentos e da data. Contudo, percebeu-se que há muito em comum entre os entrevistados e, por isso, tal estrutura de narração se adequou ao conteúdo.

Quanto mais se mergulhava no tema, mais envolvente ele se tornava. A vontade de produzir um documentário foi transformada no desejo de gravar uma série, conhecer outras histórias, aprofunda-las ainda mais e transmiti-las. O aporte teórico da graduação e a possibilidade de exercitar o jornalismo ancorado à história, à democracia e à literatura tornaram esse processo uma experiência singular.

## REFERÊNCIAS FILMOGRÁFICAS

**AMORES brutos.** Dirigido por Alejandro Gonzalez Iñárritu. São Paulo: Europa Filmes, 2000.

**EDIFÍCIO Master.** Direção: Eduardo Coutinho. Produção: Maurício Andrade Ramos e João Moreira Salles, 2002.

**NÓS que aqui estamos, por vós esperamos.** Sonopress-Rimo da Amazônia Indústria e Comercio Fonográficos Ltda, 1999.

**SANTIAGO.** Direção: João Moreira Salles. VideoFilmes, 2006.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGNEZ, Luciane Fassarella. **Metodologia de pesquisa em jornalismo: Caminhos para uma dissertação de mestrado**. Revista Eletrônica da Pós-Graduação da Cásper Líbero-ISSN 2176-6231, v. 3, n. 1, p. 1-12, 2011.

ANTUNES, Ricardo; RIDENTI, Marcelo. **Operários e estudantes contra a ditadura: 1968 no Brasil**. Mediações-Revista de Ciências Sociais, v. 12, n. 2, p. 78-89, 2007.

ARAÚJO, Sílvia Maria de. **Sociologia: um olhar crítico**. Contexto: 2011.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Disponível em: <<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/textual/deops>>. Acesso em: 23 de mai. 2016.

ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ Disponível em: <<http://www.arquivopublico.pr.gov.br>>. Acesso em: 04 jun. 2015.

BARBOSA, Suzana. **Jornalismo digital de terceira geração**. Covilhã: Labcom, 2007.

B. JUNIOR, José Lazaro Ferreira. **O conceito documentário: Investigação histórico-semiótica sobre a representação da realidade no cinema documentário. Contribuição para uma revisão epistemológica do documentarismo**. Curitiba, 2005.

BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DO ARQUIVO. Curitiba, 2001. Disponível em: <<http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/boletimtexto.pdf>>. Acesso em: 06 abr. 2016.

BRASIL: NUNCA MAIS. Disponível em: <<http://bnmdigital.mpf.mp.br>>. Acesso em: 07 mar. 2016.

CASTRO, Celso. **Os militares e o governo João Goulart**. Disponível em: <[http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/Os\\_militares\\_e\\_o\\_governo\\_JG](http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/Os_militares_e_o_governo_JG)>. Acesso em: 07 abr. 2016.

CHAGAS, Anivaldo Tadeu Roston. **O questionário na pesquisa científica**. Administração on line, v. 1, n. 1, 2000.

CORDEIRO, Janaina Martins. **Anos de chumbo ou anos de ouro? A memória social sobre o governo Médici**. Revista Estudos Históricos, v. 22, n. 43, p. 85-104, 2009.

COSSON, Rildo. **Fronteiras contaminadas: literatura como jornalismo e jornalismo como literatura no Brasil dos anos 1970**. Editora UnB, 2007.

DA SILVA FILHO, José Carlos Moreira. **O anjo da história e a memória das vítimas: o caso da ditadura militar no Brasil**. Veritas – Revista de Filosofia da PUCRS, v. 53, n. 2, 2008.

DE ABREU, Alzira Alves. **A modernização da imprensa (1970-2000)**. Zahar, 2002.

DE CASTRO, Maria Lília Dias. **Televisão: entre o mercado e a academia**. Editora Sulina, 2007.

DE MELO, Cristina Teixeira V.; GOMES, Isaltina Mello; MORAIS, Wilma. **O documentário jornalístico, gênero essencialmente autoral**. In: XXIV CONGRESSO BRASILEIRO DA COMUNICAÇÃO, set. 2001.

DOCUMENTOS REVELADOS. **Cerca de 308 mil brasileiros foram fichados pela ditadura**, 2012. Disponível em: <<http://www.documentosrevelados.com.br/repressao/forcas-armadas/cerca-de-308-mil-brasileiros-foram-fichados-pela-ditadura>>. Acesso em: 04 de junho de 2015.

DOS SANTOS, Carlos José Giudice. **Tipos de Pesquisa**. Disponível em: <[http://www.oficinadapesquisa.com.br/APOSTILAS/PROJETO\\_RH/\\_OF.TIPOS\\_PESQUISA.PDF](http://www.oficinadapesquisa.com.br/APOSTILAS/PROJETO_RH/_OF.TIPOS_PESQUISA.PDF)>. Acesso em: 08 de abr. 2016.

FERRARI, Pollyana. **Jornalismo digital**. 4ª ed. Editora Contexto, 2014.

FICO, Carlos. **Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar**. Revista Brasileira de História, v. 24, n. 47, p. 29-60, 2004.

FIGUEIREDO, Lucas. **Olho por olho: os livros secretos da ditadura**. Editora Record, 2009 – edição *kindle*.

\_\_\_\_\_. **Lugar nenhum: militares e civis na ocultação dos documentos da ditadura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

FOLHA, DE S. PAULO. **Manual da Redação da Folha de S. Paulo**. São Paulo: Publifolha, Ed, v. 17, 2011.

FONSECA, Maria Odila. **Direito à informação: acesso aos arquivos públicos municipais**. Primeiro seminário de estudos de informação. 123456i, v. 23, p. 55-58, 1996.

GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. Editora Intrínseca, 2014a.

\_\_\_\_\_. **A ditadura escancarada**. Editora Intrínseca, 2014b.

\_\_\_\_\_. **A ditadura derrotada**. Editora Intrínseca, 2014c.

\_\_\_\_\_. **A ditadura encurralada**. Editora Intrínseca, 2014d.

GIANORDOLI-NASCIMENTO, Ingrid Faria; TRINDADE, Zeidi Araújo; AMÂNCIO, Lígia. **Mulheres brasileiras e militância política durante a ditadura militar brasileira**. In: CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA. 2004. p. 23-31.

GODOY, Arilda Schmidt. **Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais**. Revista de administração de empresas, v. 35, n. 3, p. 20-29, 1995.

GOOGLE FORMS. Disponível em: <<https://docs.google.com/forms>>. Acesso em: 20 jan. 2016.

GRAY, Jonathan; CHAMBERS, Lucy; BOUNEGRU, Liliana. **The data journalism handbook**. Traduzido por Alessandro Martinisi et al. Disponível em: <<http://datajournalismhandbook.org/pt/index.html>>. Acesso em: 18 abr. 2016.

INFOGR.AM. Disponível em: <<https://infogr.am>>. Acesso em: 10 de mar. 2016.

JUNIOR, Alfredo Eurico Vizeu Pereira. **Decidindo o que é notícia**. Edipucrs, 2005.

KUPERMAN, Esther; VIEGAS, Ana Cristina Coutinho. **Os anos de chumbo vistos da janela da escola**. Rio de Janeiro: Garamond, 2015.

LEITE, Paulo Moreira. **A mulher que era o general da casa. Histórias da resistência civil à ditadura**. Arquipélago Editorial LTDA, 2012.

LIMA, Edvaldo Pereira. **Memória do Futuro: Jornalismo Literário Avançado no Século XXI**. Revista Inovcom, v. 5, n. 2, p. 68-78, 2013.

LIMA, Telma CS; MIOTO, Regina Célia Tamaso. **Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica**. Revista Katálysis, v. 10, n. 2, p. 37-45, 2007.

LINS, Consuelo. **O documentário de Eduardo Coutinho: televisão, cinema e vídeo**. Zahar, 2004.

MACHADO, Arlindo. **A televisão levada a sério**. 3ª ed. Editora Senac São Paulo, 2003.

MACHADO, Elias. **O ciberespaço como fonte para os jornalistas**. 2003.

MALDONADO, Alberto Efendy. **2-Metodologias de pesquisa em comunicação: olhares, trilhas e processos**. Sulina, 2011.

MARTINEZ, Monica. **Jornalismo Literário: a realidade de forma autoral e humanizada**. Estudos em Jornalismo e Mídia, v. 6, n. 1, p. 71-83, 2009.

\_\_\_\_\_. **Jornalismo Literário, Cinema e Documentário: Apontamentos para um diálogo entre as áreas**. Revista Comunicação Midiática, v. 7, n. 2, p. 98-116, 2012.

MARTINS FILHO, João Roberto (Ed.). **O golpe de 1964 e o regime militar: novas perspectivas**. EdUFSCar, 2014.

MEMÓRIAS REVELADAS. Disponível em: <<http://www.memoriasreveladas.gov.br/>>. Acesso em: 19 mai. 2015.

MEZAROBBA, Glenda. **Entre reparações, meias verdades e impunidade: o difícil rompimento com o legado da ditadura no Brasil**. Revista internacional de direitos humanos, p. 7, 2010.

MONTEIRO, Silvana. **O ciberespaço e os mecanismos de busca: novas máquinas semióticas**. Ci. Inf, v. 35, n. 1, p. 31-38, 2006.

MOREIRA, Fabiane Barbosa. **Os valores-notícia no jornalismo impresso: análise das características substantivas das notícias nos jornais Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo e O Globo**. 2006. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/7773/000556586.pdf>>. Acesso em: 30 mar. 2016.

MORETTIN, Eduardo; NAPOLITANO, Marcos; KORNIS, Mônica A. **História e documentário**. São Paulo: FGV, 2012.

NETQUEST. **Qual é o tamanho de amostra que preciso?** 2012. Disponível em: <<http://www.netquest.com/blog/br/qual-e-o-tamanho-de-amostra-que-preciso>>. Acesso em: 04 jun. 2015.

NICOLAU, Marcos. **Pesquisa aplicada à comunicação em mídias digitais**. Disponível em: <[http://www.insite.pro.br/elivre/pesquisa\\_exporatoria\\_tcco.pdf](http://www.insite.pro.br/elivre/pesquisa_exporatoria_tcco.pdf)>. Acesso em: 10 jun. 2015.

O ESTADO DE SÃO PAULO. **Atos de repúdio à ditadura se multiplicam pelo país, 2014**. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/blogs/roldao-arruda/atos-de-repudio-a-ditadura-se-multiplicam-pelo-pais>>. Acesso em: 25 nov. 2014.

OLIVEIRA, Ely Francina Tannuri; GRÁCIO, Maria Cláudia Cabrini. **Análise a respeito do tamanho de amostras aleatórias simples: uma aplicação na área de Ciência da Informação**. Revista de Ciência da Informação, v. 6, n. 3, p. 1-11, 2005.

PANDOLFI, Dulce. **Repensando o estado novo**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.

PENA, Felipe. **Jornalismo literário**. Editora Contexto, 2013.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio**. Revista Estudos Históricos, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

PUPIM, Paulo. **Pesquisa revela atuação do Dops na ditadura**. Março de 2004. Disponível em: <[http://www.jornal.uem.br/2011/index.php?option=com\\_content&view=article&id=215](http://www.jornal.uem.br/2011/index.php?option=com_content&view=article&id=215)>

pesquisa-revela-atua-do-dops-na-ditadura&catid=39:jornal-06-marde-2004&Itemid=2>. Acesso em: 09 abr. 2016.

QUADROS, Cláudia Irene de. **Base de dados: a memória extensiva do jornalismo**. Em *Questão*, v. 11, n. 2, 2007.

RAMPAZZO, Lino. **Metodologia científica**. Edições Loyola, 2005.

ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol; ARÈS, Florence. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.

SÁ, Ericka de; ESTARQUE, Marina. **Debate sobre 1964 nunca foi tão presente, mas ainda é limitado**, 2014. Disponível em: <<http://www.dw.de/debate-sobre-1964-nunca-foi-t%C3%A3o-presente-mas-ainda-%C3%A9-limitado/a-17523282>>. Acesso em: 10 jun. 2015.

SADDI, Fabiana da Cunha. **Política e economia no federalismo do governo Geisel**. *Revista de Economia Política*, v. 23, n. 2, p. 90, 2003.

SANTAELLA, Lucia. **Comunicação e pesquisa: projetos para mestrado e doutorado**. Hacker, 2001.

SANTOS, Glauber Eduardo de Oliveira. **Cálculo amostral: calculadora on-line**, v. 27, 2011. Disponível em: <[www.calculoamostral.vai.la](http://www.calculoamostral.vai.la)>. Acesso em: 04 jun. 2015.

SANTOS, Tania Steren dos. **Do artesanato intelectual ao contexto virtual: ferramentas metodológicas para a pesquisa social**. *Sociologias*, Porto Alegre, n. 22, p. 120-156, 2009.

SCHUDSON, Michael. **Descobrimo a notícia. Petrópolis: Vozes**, 2010.

SENDOV, Blagovest. **Entrando na era da informação**. *Estud. av.*, São Paulo, v. 8, n.20, p.28-32, 1994. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010340141994000100008&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010340141994000100008&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 05 fev. 2016.

SILVA, Carlos Medeiros. **O ato inconstitucional e a elaboração legislativa**. *Revista de Direito Administrativo*, v. 77, p. 1-12, 1964.

SOARES, Glaucio Ary Dillon; CASTRO, Celso (Ed.). **Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão**. Relume Dumará, 1994.

SOUZA, Licia Oliveira. **Jornalismo e biografias: Reconstruções de identidades e busca pelo humano**. *Juiz de Fora*, 2008. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/facom/files/2013/04/LiciaOliveira.pdf>>. Acesso em: 04 abr. 2016.

TALESE, Gay; MACHADO, LUCIANO VIEIRA. **Fama e anonimato**. Editora Companhia das Letras, 2004.

THOMPSON, John B.; DE OLIVEIRA BRANDÃO, Wagner. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. Vozes, 1998.

TIPOS DE PESQUISA CONSIDERANDO OS PROCEDIMENTOS UTILIZADOS. Disponível em: <<http://www.ergonomia.ufpr.br/Tipos%20de%20Pesquisa.pdf>>. Acesso em: 11 mar. 2016.

TOLEDO, Caio Navarro de. **Brasil: do ensaio ao golpe (1954-1964)**. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 24, n. 47, p. 13-28, 2004.

TOLEDO, Roberto Pompeu de. **Ditadura derrotada**, 2003. Disponível em: <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/asp181120034.htm>>. Acesso em: 22 mar. 2016.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo: volume 1: porque as notícias são como são**. Florianópolis: Insular, v. 2, 2005.

VENTURA, Zuenir. **3-1968 - O ano que não terminou**, Rio de Janeiro: Objetiva, 2013.

VILAS BOAS, Sergio. **Jornalismo Literário: um percurso filosófico**. ABJL / TextoVivo Edições, 2008.

WOLTON, Dominique. **É preciso salvar a comunicação**. Paulus, 2006.



# Arquivos DOPS-PR - Questionário primeira fase

Formulário aplicado às 68 fichas do acervo do DOPS-PR que estão localizadas no Arquivo Público do Paraná, como metodologia para a primeira fase do Trabalho de Conclusão de Curso da estudante Eleonora Camargo de Mendonça, sob orientação do professor Carlos Rocha, da Universidade Federal do Paraná. 2015/2016.

### Número da ficha

Texto de resposta curta

### Nome

Texto de resposta curta

### Sexo

Essa questão também pode ser respondida pelo nome do fichado.

- Feminino
- Masculino
- Não é possível responder

### Nacionalidade

- Brasileiro(a)
- Estrangeiro(a)
- Nada consta / não é possível responder

### Data - por década.

- Antes de 60
- Anos 60
- Anos 70
- Anos 80
- Depois de 85
- Nada consta

### Data - por ano.

- Antes de 1964
- 1964
- 1965
- 1966
- 1967
- 1968
- 1969
- 1970
- 1971
- 1972
- 1973
- 1974
- 1975
- 1976
- 1977
- 1978
- 1979
- 1980
- 1981
- 1982
- 1983
- 1984
- 1985
- Nada consta

## Localidade

(Onde está e não onde nasceu!)

- Paraná
- Santa Catarina
- Rio Grande do Sul
- São Paulo
- Outros
- Nada consta / não foi possível identificar.

Se a resposta for "outros", explicitar estado.

Texto de resposta curta

---

Se for do Paraná, em que cidade?

Texto de resposta curta

---

## Ocupação

- Essa informação foi preenchida.
- Nada consta.

Se houver, qual a ocupação?

Texto de resposta curta

---

## Motivo.

- Sim.
- Nada consta.

Se houver, explicitar motivo.

Texto de resposta longa

---

Questionário aplicado às fichas 68 do acervo do DOPS-PR, locadas no Arquivo Público do Paraná, para a primeira fase do trabalho teórico.  
Fonte: Autora / Google Forms

## Arquivos DOPS-PR - Questionário Segunda Fase

Número da ficha

Texto de resposta curta

Nome

Texto de resposta curta

Sexo

- Feminino
- Masculino
- Não é possível responder

Nacionalidade

- Brasileiro(a)
- Estrangeiro(a)
- Nada consta / não é possível responder

### Data - por ano

1964

1965

1966

1967

1968

1969

1970

1971

1972

1973

1974

1975

1976

1977

1978

1979

1980

1981

1982

1983

1984

1985

### Qual cidade?

Texto de resposta curta

---

### Ocupação

Essa informação foi preenchida.

Nada consta.

### Se houver, qual a ocupação?

Texto de resposta curta

---

Motivo.

- Sim.
- Nada consta.

Se houver, explicitar o motivo.

Texto de resposta longa

---

Questionário aplicado às 14 fichas do acervo do DOPS-PR, locadas no Arquivo Público do Paraná,  
para a segunda fase do trabalho teórico.  
Fonte: Autora / Google Forms

### ANEXO 3

<p><b>RETRATO-FALADO: DANDO VOZ AOS ARQUIVOS DO DOPS-PR</b></p> <p><b>PRODUÇÃO-EDIÇÃO-REPORTAGEM: ELEONORA MENDONÇA</b></p>	
	<p><b>OFF 01:</b> DE 1964 A 1985 O BRASIL PRECISOU ESQUECER O QUE ERA DEMOCRACIA. ISTO PORQUE FOI INSTAURADO UM REGIME DE EXCEÇÃO, A DITADURA MILITAR.// OS 21 ANOS REPRESENTARAM UM PERÍODO DE TURBULÊNCIAS.// A ECONOMIA, / DIZIA, VIVIA ANOS DE OURO. MAS OS ANOS DE CHUMBO TAMBÉM VIERAM. O TEMPO DE MILAGRE ECONÔMICO SE MISTURAVA COM O DE MORDAÇA. A TEVÊ A CORES E A TRANSMISSÃO VIA SATÉLITE DAVAM SEUS PRIMEIROS PASSOS... A TORTURA SE SOBREPUNHA À OFICIALIDADE, A CENSURA SE FAZIA VALER EM MEIOS DE COMUNICAÇÃO E OUTRAS PUBLICAÇÕES. A COPÁ DO MUNDO DE SETENTA GANHAVA UM VENCEDOR VERDE E AMARELO. ENQUANTO ISSO, GAVETAS, ARMÁRIOS E SALAS RECEBIAM DIARIAMENTE ARQUIVOS PRODUZIDOS PELOS CENTROS DE INFORMAÇÃO DO REGIME. O LEMA “VIGIAR E PUNIR” TRANSFORMAVA-SE EM TENDÊNCIA DA ÉPOCA. ERA A NECESSIDADE DE REGISTRAR PARA CONSULTAR. DE GUARDAR A HISTÓRIA.// NESSE SENTIDO A ESPÉCIE HUMANA SE DESTACA DAS OUTRAS. PELO MENOS É ISSO QUE DIZ O CIENTISTA AUGUSTO CURY. ESTÃO ENTRE AS NOSSAS QUALIDADES, ALÉM DO FAMOSO POLEGAR Opositor, A REFLEXÃO, O DISCERNIMENTO E O REGISTRO DA HISTÓRIA. PARA O ESCRITOR ESSE ÚLTIMO IMPULSO É INCONTROLÁVEL.// E DOS REGISTROS SE ESCREVE, SE ENSINA E SE INTERPRETA A</p>

HISTÓRIA. MAIS DE 50 ANOS DEPOIS DA DITADURA CIVIL-MILITAR NO PAÍS AINDA SÃO TRAÇADAS BIOGRAFIAS DOS ATORES POLÍTICOS E SOCIAIS QUE SE DESTACARAM NA ÉPOCA. SEJA PELA LIDERANÇA, PELA POSTURA OU PELA OPINIÃO. MUITOS NOMES APARECEM EM DOCUMENTOS LIVROS E ESTUDOS. EM DOCUMENTÁRIOS E REPORTAGENS. VIERAM JUSTAMENTE DAS FICHAS, PASTAS E DOSSIÊS COMPOSTOS LÁ ATRÁS. MAS NESSAS NUMEROSAS GAVETAS DO PASSADO TAMBÉM SE ENCONTRAM OUTROS NOMES. DESCONHECIDOS. ANÔNIMOS. DE PESSOAS QUE TAMBÉM VIVENCIARAM ESSE PERÍODO E QUE ESTAVAM OU NÃO DIRETAMENTE ENVOLVIDAS NA TRAMA DA DITADURA. O START DESSE DOCUMENTÁRIO ERA, PORTANTO, A VONTADE DE CONTAR A HISTÓRIA DESSAS PESSOAS. A SUA REALIDADE E AS SUAS MEMÓRIAS DURANTE O PERÍODO. A FONTE SERIA O ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ QUE ABRIGA OS DOCUMENTOS DO ANTIGO DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL DO ESTADO.

**1ª entrada SONORAS (apresentação entrevistados)**

\* pode intercalar o mesmo entrevistado mais de uma vez

SONORA LEONEL MANSO VIEIRA –  
Fichado DOPS-PR / Oceanógrafo

SONORA BARBARA MARCELINO –  
Fichada DOPS-PR / Advogada

SONORA TARCÍSIO NUNES  
FERREIRA  
Fichado DOPS-PR / Tenente Coronel



**AOS ARQUIVOS DO DOPS-PR**

SONORA LAÉRCIO SOUTO MAIOR –  
Conheceu o fichado José Rodrigues dos  
Santos / Advogado, jornalista

SONORA TARCÍSIO NUNES  
FERREIRA  
Fichado DOPS-PR / Tenente Coronel

SONORA LAÉRCIO SOUTO MAIOR –  
Conheceu o fichado José Rodrigues dos  
Santos / Advogado, jornalista

**2ª entrada SONORAS (memórias)**

SONORA BARBARA MARCELINO –  
Fichada DOPS-PR / Advogada

SONORA LEONEL MANSO VIEIRA –  
Fichado DOPS-PR / Oceanógrafo

SONORA TARCÍSIO NUNES  
FERREIRA  
Fichado DOPS-PR / Tenente Coronel

SONORA LAÉRCIO SOUTO MAIOR –  
Conheceu o fichado José Rodrigues dos  
Santos / Advogado, jornalista

SONORA BARBARA MARCELINO –  
Fichada DOPS-PR / Advogada

SONORA LEONEL MANSO VIEIRA –  
Fichado DOPS-PR / Oceanógrafo

SONORA LAÉRCIO SOUTO MAIOR –  
Conheceu o fichado José Rodrigues dos  
Santos / Advogado, jornalista

SONORA LEONEL MANSO VIEIRA –  
Fichado DOPS-PR / Oceanógrafo

SONORA BARBARA MARCELINO –  
Fichada DOPS-PR / Advogada

SONORA LEONEL MANSO VIEIRA –  
Fichado DOPS-PR / Oceanógrafo

SONORA TARCÍSIO NUNES

<p><b>///SOBE SOM///</b></p> <p><b>GC: Neste momento os entrevistados recebem e podem ler suas fichas do DOPS-PR</b></p> <p><b>GC: Laércio recebeu a ficha de José Rodrigues dos Santos</b></p> <p><b>///ABRE ÁUDIO///</b></p> <p><b>///SOBE SOM///</b></p>	<p>FERREIRA Fichado DOPS-PR / Tenente Coronel</p> <p>SONORA LAÉRCIO SOUTO MAIOR – Conheceu o fichado José Rodrigues dos Santos / Advogado, jornalista</p> <p>SONORA TARCÍSIO NUNES FERREIRA Fichado DOPS-PR / Tenente Coronel</p> <p>SONORA LAÉRCIO SOUTO MAIOR – Conheceu o fichado José Rodrigues dos Santos / Advogado, jornalista</p> <p>SONORA TARCÍSIO NUNES FERREIRA Fichado DOPS-PR / Tenente Coronel</p> <p><b>3ª entrada (entrega fichas)</b></p> <p>IMAGEM BARBARA PEGANDO A FICHA</p> <p>IMAGEM TARCÍSIO LENDO A FICHA</p> <p>IMAGEM LAÉRCIO LENDO A FICHA DO JOSÉ</p> <p><b>4ª entrada SONORAS (discussão sobre motivo do fichamento)</b></p> <p><b>“Barbara, você não sabia que tinha sido fichada né?!”</b></p> <p>SONORA BARBARA MARCELINO – Fichada DOPS-PR / Advogada</p> <p>SONORA TARCÍSIO NUNES FERREIRA Fichado DOPS-PR / Tenente Coronel</p> <p>SONORA LEONEL MANSO VIEIRA – Fichado DOPS-PR / Oceanógrafo</p> <p>SONORA BARBARA MARCELINO – Fichada DOPS-PR / Advogada</p> <p>SONORA LEONEL MANSO VIEIRA – Fichado DOPS-PR / Oceanógrafo</p>
---	--

SONORA BARBARA MARCELINO –  
Fichada DOPS-PR / Advogada

SONORA LEONEL MANSO VIEIRA –  
Fichado DOPS-PR / Oceanógrafo

SONORA BARBARA MARCELINO –  
Fichada DOPS-PR / Advogada

SONORA TARCÍSIO NUNES  
FERREIRA  
Fichado DOPS-PR / Tenente Coronel

SONORA LEONEL MANSO VIEIRA –  
Fichado DOPS-PR / Oceanógrafo

SONORA BARBARA MARCELINO –  
Fichada DOPS-PR / Advogada

SONORA TARCÍSIO NUNES  
FERREIRA  
Fichado DOPS-PR / Tenente Coronel

**5ª entrada SONORAS (conclusão)**

SONORA LEONEL MANSO VIEIRA –  
Fichado DOPS-PR / Oceanógrafo

SONORA LAÉRCIO SOUTO MAIOR –  
Conheceu o fichado José Rodrigues dos  
Santos / Advogado, jornalista

SONORA TARCÍSIO NUNES  
FERREIRA  
Fichado DOPS-PR / Tenente Coronel

SONORA BARBARA MARCELINO –  
Fichada DOPS-PR / Advogada

**///AUMENTA SOM///  
///CRÉDITOS///**

**OFF FINAL: OS ENTREVISTADOS  
DESSE DOCUMENTÁRIO FAZEM  
PARTE DOS FICHAMENTOS DA  
ANTIGA DOPS-PR. // AS FICHAS  
ESTÃO NO ARQUIVO PÚBLICO DO  
ESTADO E SOMAM 47.423  
DOCUMENTOS. // AS FONTES DAS  
ENTREVISTAS NÃO FORAM  
ESCOLHIDAS DE FORMA**

ALEATÓRIA.// COM O CÁLCULO AMOSTRAL E O RECORTE TEMPORAL E LOCAL RESTARAM 14 NOMES.// DESSES,/ CINCO FORAM ENCONTRADOS E CONTATADOS. // CONTUDO,/ DEPOIS DA PRIMEIRA CONVERSA E INCLUSIVE DA MARCAÇÃO DA ENTREVISTA UM DOS FICHADOS DESISTIU DE PARTICIPAR DO DOCUMENTÁRIO.// ERA A HISTÓRIA,/ NA ÉPOCA,/ DE UM ESTUDANTE DE DIREITO.. ELE NÃO SABIA HOJE QUE POSSUI FICHA NO DOPS.// O FATO O SURPREENDEU PORQUE ATÉ OS DIAS ATUAIS ELE APOIA O REGIME MILITAR.// DOS QUE ACEITARAM, /FORAM MAIS DE 4 HORAS DE ENTREVISTAS, / COMPILADAS NO DOCUMENTÁRIO QUE VOCÊ ACABOU DE ASSISTIR. ///